



# Anais da Assembléia

N.º 62

CURITIBA, QUINTA FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1984

ANO X

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1984.

TRAJANO BASTOS

Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 30/84

DATA: 13 de Junho de 1984.

SÚMULA: Denomina Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o Pequeno Auditório "Plenarinho" da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica denominado Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o Pequeno Auditório "Plenarinho" da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1984.

TRAJANO BASTOS

Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 36/84

DATA: 13 de Junho de 1984.

SÚMULA: Aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado referente ao exercício de 1982. (Ex-Proposição n.º 34/83).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO ÚNICO - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado, referentes ao exercício de 1982.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1984.

TRAJANO BASTOS

Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 35/84

DATA: 13 de Junho de 1984.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas individuais dos Senhores Deputados, referente a verba de Bolsa de Estudos durante o exercício de 1982.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO ÚNICO - Ficam aprovadas as contas dos Senhores Deputados, referentes à Bolsa de Estudos durante o exercício de 1982 e autoriza o recolhimento do saldo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1984.

TRAJANO BASTOS

Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 24/84

DATA: 13 de Junho de 1984.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, da verba designada aos Senhores Deputados do exercício financeiro de 1982. (Ex-Proposição n.º 63/83).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO ÚNICO - São aprovadas as contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, apresentados pelos Senhores Deputados, referentes ao exercício financeiro de 1982.

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 057.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1984.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Rubens Bueno.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (TADEU LÚCIO MACHADO) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

## Indicação:

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PDS, tenho a satisfação de indicar, para comporem a Comissão Interpartidária, para acompanhar durante o recesso as reivindicações da classe dos professores da Universidade Federal do Paraná, os seguintes Senhores Deputados:

ODENI MONGRUEL

AIRTTON CORDEIRO

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

## Requerimentos

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 150/84, que concede Título de Cidadão Honorário, "post mortem", ao Sr. Renato Festugato.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Lei nº 42/84, e aos Projetos de Resolução de nºs 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42/84, constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do Governo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata da sessão dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do jovem Anderson Carlos Rapetti, ocorrido recentemente na Municipalidade de Curitiba.

Cursando grau superior na Capital paranaense, o jovem Anderson Carlos Rapetti era filho do Senhor Acácio Rapetti e da Senhora Alzina Rapetti, que há bem pouco tempo é que passaram a residir em Curitiba, mas que no entanto durante praticamente toda as suas vidas aquele casal tinha residência na Municipalidade de Sertãoópolis.

Portanto o desaparecimento do jovem Anderson Carlos Rapetti deixa enlutada a cidade de Sertãoópolis, onde viveu toda a sua infância, só saindo de lá para prosseguir seus estudos em Curitiba.

Não poderia, neste sentido, deixar de realizar este registro, em face do falecimento daquele jovem, filho de pioneiros em Sertãoópolis, tendo seus pais exercido por muitos anos, como profissionais de ensino.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação da ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Natal Êrcoli, ocorrido no dia de ontem na Municipalidade de Curitiba.

Residindo há alguns anos na Capital do Estado, o Senhor Natal Êrcoli mudou-se para Curitiba para ficar mais próximo do convívio dos seus filhos (a maioria deles residia aqui) após ter sido aposentado.

Mas foi no Município de Peabiru que o Senhor Natal Êrcoli residiu por muitos anos, desenvolvendo atividades no setor agrícola, onde possuía larga experiência no cultivo da terra, adquirindo ao longo do tempo grande respeitabilidade.

Não poderia deixar de fazer este registro pelo desaparecimento daquele Senhor, que como pioneiro de

Peabiru, teve presença das mais destacáveis no seio daquela progressista coletividade, que enlutada, lamenta a perda de um elemento indispensável nas primeiras etapas do desenvolvimento de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pelo 60º aniversário da Rádio Clube Paranaense — PRB-2.

Como bem sintetizou a reportagem do "Jornal do Estado", na sua edição de hoje, a primeira emissora do Paraná é uma das pioneiras do Brasil, estando sua história ligada intimamente à própria história de nosso Estado e a do Rádio brasileiro.

Fundada em 1924, com o prefixo PRA - N, sua situação teve crescimento dos mais destacados, sempre contando com equipes de conhecidos e renomados profissionais da área de comunicação de nosso Estado.

A Rádio Clube Paranaense, a conhecida B-2, nos seus sessenta anos de existência conquistou a consideração e o respeito do povo paranaense, se constituindo na voz do Paraná para todo o Brasil e para o Mundo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa de Leis, se dê ciência à direção daquela emissora, na pessoa do Senhor Ubiratan Lustosa.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao novo Diretor Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, Engenheiro OLIVO ZANELA, empossado no dia 28 de junho de 1984, e que a decisão desta Casa seja levada ao conhecimento daquele administrador.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) NELSON BUFFARA.

#### JUSTIFICATIVA:

É indiscutível a importância dos Portos de Paranaguá e Antonina para a vida paranaense e para a economia nacional. É através deles, sobretudo pelo Porto de Paranaguá, que são exportados produtos que somam anualmente bilhões de dólares, a contribuição do Paraná ao esforço nacional de desenvolvimento.

A crise política surgida em torno da administração daqueles embarcadouros sem dúvida representava sérios prejuízos ao Estado, sendo imprescindível uma rápida solução a fim de que os trabalhos realizados por aqueles terminais marítimos não sofressem solução de continuidade com graves reflexos sobre a economia estadual.

A posse do novo diretor constitui uma solução para o problema. Inegavelmente, ele apresenta todas as condições para realizar uma profícua administração, daí a razão de se propor esse voto de congratulações e de confiança no trabalho que desenvolverá em prol dos Portos de Paranaguá e Antonina. A nossa manifestação é extensiva aos demais Diretores que tomarão posse amanhã.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações à "Gazeta do Automóvel", suplemento do Jornal "Gazeta do Povo", pelos quatorze anos de sua fundação, que acontecerá na semana que vem em Curitiba, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, Digníssimo Diretor-Geral da "Gazeta do Povo", aos Ilustríssimos Senhores Jornalistas responsáveis pela publicação da "Gazeta do Automóvel", Elísio da Cunha Ajus e Joaquim Bittencourt Monteiro.

Há exatamente quatorze anos atrás o jornal "Gazeta do Povo" lançava-se a um grandioso desafio no contexto da imprensa escrita. Através dos seus jornalistas aquele respeitável periódico oferecia ao conjunto dos seus leitores, a publicação de um suplemento discorrendo sobre os veículos automotores e os fatos que a eles relacionam-se.

A atividade automobilística, sem dúvida alguma do Brasil e do Mundo foi o tema enfocado pela "Gazeta do Automóvel" de forma especializada.

Nos primeiros instantes de sua existência, a "Gazeta do Automóvel" teve que enfrentar uma série de dificuldades, especialmente no que diz respeito ao seu sucesso, notadamente pelos de diversos empresários.

O registro que faço através deste requerimento, nos Anais desta Casa de Leis, objetiva fazer justiça, reconhecendo o pioneirismo dos profissionais da "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, consignação nos Anais da Assembléia Legislativa de um voto de congratulações à Diretoria da SORCEP-Sociedade Rural do Centro do Paraná, pelo grande sucesso alcançado na realização da II FEVALE-Feira de Animais do Vale do Ivaí, realizada em Ivaiporã.

Requer ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência à SORCEP, em Ivaiporã, através do presidente, Senhor Elizeu Ravelli.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A atividade pecuária responde por grande parte da produção no setor primário da economia paranaense. No entanto, apesar dessa importância, não tem recebido toda atenção necessária para o seu pleno desenvolvimento. Esse desenvolvimento depende de melhores condições técnicas, de comercialização e financiamento da produção pecuária.

A Divulgação das feiras de animais, além de estimular os criadores, serve de alerta às autoridades para a necessidade de se viabilizar aquelas condições supra-citadas. O sucesso alcançado pela realização da II FEVALE, ocorrida em Ivaiporã, cristaliza essa necessidade e sua importância. Tais motivos, Senhores Deputados, justificam nosso pedido e corresponde às necessidades de divulgação dos eventos relacionados à atividade pecuária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja manifestado cumprimentos à Direção do "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa, nas pessoas do Sr. Diretor Presidente Gustavo Horst e do Sr. Diretor de Redação Adail Ingles, extensivo aos demais membros, bem como inserido em ata da presente sessão, voto de regozijo pela passagem dos 30.<sup>o</sup> anos de Fundação daquele conceituado órgão da imprensa paranaense, a ser comemorado no dia 04 de julho vindouro.

Desta decisão, REQUER, seja dado ciência à Diretoria mencionada, no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, nº 1039 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de regozijo pelo transcurso do 10.<sup>o</sup> aniversário de fundação do Jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ".

Fundado em 29 de junho de 1974 em Maringá, o "Diário do Norte do Paraná" é o 33.<sup>o</sup> jornal brasileiro filiado à Associação Brasileira de Notícias.

Integrante da Agência Internacional de Notícias vem sendo dirigido, atualmente, pelos jornalistas Franklin Vieira da Silva e Roney Rachel Vieira da Silva - tendo como redator-chefe Manoel Cabral.

O "Diário do Norte do Paraná", possui uma circulação de 3.000 exemplares diários, atingindo mais de 60 municípios de nosso Estado.

Paladino de grandes causas, servindo ao Paraná por inteiro, sem perder de vista seu mundo de mais imediata influência, o Jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", é hoje uma referência valiosíssima na história contemporânea dos meios de comunicação de massa do Estado. Impossível ficar-se alheio à informação segura que transmite, à opinião abalizada que exara, à visão paranista das causas de interesse público que abraça. Seu partidatismo é, basicamente, o do Paraná, nisto se envolvendo por inteiro, fruto de uma direção sábia e um corpo de profissionais de imprensa maduramente preparado para contribuir com seu labor, para a elaboração da história de um Paraná Moderno.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Direção do aludido órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja consignada Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de louvor à FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE, pela realização, em nossa Capital, do I Congresso da Fundação Aristides de Athayde e do I Seminário Paranaense sobre Deficiência Visual, realizados no período de 20 a 23 de junho corrente, nesta Capital.

Uma vez aprovada a presente proposição seja oficiado ao Dr. Aristides de Athayde Neto, Presidente da Fundação Aristides de Athayde e ao Dr. Nelson Marques, Presidente da Associação Médica do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### JUSTIFICATIVA:

No recente I Seminário Paranaense sobre Deficiência Visual e I Congresso da Fundação Aristides de Athayde, realizados em nossa Capital, ficou evidente o espaço não apenas técnico-profissional mas também político que a referida entidade passa a ocupar, juntamente com a reciclagem e atualização da classe médica com os debates havidos durante o Seminário que convergiram em torno do fator político — determinante que é na crise enfrentada e vivida pelo médico brasileiro com gravíssimas consequências sobre o doente, em especial sobre o deficiente visual. Um destaque maior foi dado sobre a importância da conscientização política do profissional dessa área, cuja omissão tem contribuído para o atual fosso existente entre o doente e o médico, entre o Ministério da Saúde e a Previdência Social e o profissional da Medicina. Se, por um lado este, não dispõe de uma infra-estrutura necessária para um justo atendimento, por outro, na maioria das vezes tem diante de si um doente social, fruto de uma condição sócio-econômica geradora de desnutrição que, por sua vez, fatalmente irá desencadear uma deficiência visual.

O alarmante número de 520.000 pessoas sem condições para manter a subsistência — 80.000 dos quais cegas justifica este voto de louvor e vulto assume quando se leva em consideração que setenta por cento delas teriam evitado seus males se deles tivessem tido conhecimento prévio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplausos ao CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS — 11.ª Região, pela posse da Diretoria, eleita em eleição realizada em 21 de maio próximo passado, assim composta; Presidente: Sandra Maria Aguiar de Oliveira; Vice-Presidente: João Pagnozzi; 1.º Secretário: Ercy Maria Nascimento; 2.º Secretário: Juçara Helena Nunes; 1.º Tesoureiro: Maria de Nazaré C. Nery; 2.º Tesoureiro: Marise Guatta Dalcuche; Suplentes: Darcy Oliveira Ferreira; Maria Lúcia T. Menoncin; Maria Aparecida da Silva; Terezinha Marfurte; Zélia Maria de Matos e Rose Mary Pontes. Conselho Fiscal: Natália Gaudeda; Maria Dinorah Frederico e Geisa da Rosa Moreira; Suplentes: Márcia Terezinha Steil, Ironi do Rocio V. de Camargo e Maria de Fátima Ferreira.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Conselho Regional de Assistentes Sociais, na pessoa de sua presidente, Sra. Sandra Maria Aguiar de Oliveira.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado da ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de apoio aos Servidores do SIMPAS (INAMPS, INPS e IAPAS) que se encontram em greve.

Na pauta de reivindicações constam a reposição

salarial de 64,8% a partir de janeiro de 84; 100% do INPC a partir de 1.º de julho próximo; piso salarial de 3 salários mínimos; reajuste semestral a partir de 1985; 13.º salário para os funcionários Estatutários; Quinquênio para os Funcionários CLTs e o direito à Sindicalização.

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dado ciência à Associação dos Funcionários do INAMPS, na pessoa de seu Presidente, Sr. Prêntice Balthazar.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam convidados os jornalistas WALMOR MACARINI e WALTER MACARINI para falarem nesta Casa sobre a campanha de iniciativa da "FOLHA DE LONDRINA", que tem por objetivo a revitalização do plantio do café no Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### JUSTIFICATIVA:

A "Folha de Londrina" realiza no momento uma grande campanha visando incentivar o Paraná a voltar a plantar o café, produto que, em outras épocas, foi o esteio de nossa economia. Dada a importância e o alto nível da campanha, seria oportuna a presença, nesta Assembléia, dos dois Diretores daquele tradicional órgão da imprensa paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Cafe do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja estudada a real possibilidade de se liberar mais máquinas para executarem serviços de curvas de nível no Distrito de Silvianópolis, pertencente a Municipalidade de Peabiru.

Atualmente, no Distrito de Silvianópolis está previsto a execução dos projetos prevendo a construção de micro bacias, em uma área de grande extensão. Neste sentido, há a necessidade de se assegurar tal apoio quanto ao referido projeto.

Espera-se portanto, dessa Secretaria de Estado da Agricultura juntamente com a Cafe do Paraná, que avaliem a possibilidade de atendimento ao que ora é solicitado, sendo a presente reivindicação de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Olavio Silveira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Conselho Nacional de Seguros Privados — na Praça XV de Novembro nº 32 - 34 — 7.º andar - Rio de Janeiro - solicitando seja estendido, ao Estado do Paraná os efeitos da Resolução CNSP nº 05

de 14 de julho de 1970, que estabelece as "Normas Tarifárias e Condições do Seguro Rural".

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O agricultor paranaense a exemplo da quase totalidade dos agricultores brasileiros, sofre nos dias atuais uma incerteza absoluta, quer com os preços para seus produtos, quer com as constantes variações climáticas que vêm ocorrendo ultimamente e que desafia a tudo e a todos.

A cada pacote econômico, este mesmo agricultor vê cada vez mais diminuídas suas possibilidades de lucro com a produção rural. Os subsídios tão necessários ao desenvolvimento agrícola não existe mais, o que tem ocasionado constantes desestímulos ao agricultor.

Se por um lado o preço de garantia do governo está muito abaixo dos preços reais dos custos de produção os insumos sobem dia a dia sem nenhum controle, e com um percentual muitas vezes maior, por outro lado os juros bancários, com a retirada dos subsídios estão se tomando inviáveis ao agricultor, onde os créditos às indústrias de tantos produtos nocivos à saúde do homem, são em alguns casos mais baratos do que para aquele que se dispõe a produzir alimento.

Por estes e outros fatores, é que o agricultor paranaense está se despertando para uma nova realidade. O real custo da sua produção agrícola, e a necessidade da proteção e garantia da safra produzida. E isto somente será possível com a implantação do "Seguro Agrícola" em nosso Estado, neste sentido, está se tornando comum os constantes debates sobre o assunto, através de entidades de classe, Secretaria da Agricultura, Cooperativas e até mesmo na Assembléia Legislativa quando há poucos dias atrás a Comissão de Agricultura desta Casa de Leis promoveu um excelente debate sobre seguro rural.

Por mais importante que seja a implantação do Seguro Agrícola para o nosso Estado, somente será viável após o "Conselho Nacional de Seguros Privados" estender ao Estado do Paraná, a exemplo do que ocorre com os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, os mesmos critérios estabelecidos na RESOLUÇÃO CNSP Nº 5, DE 14 DE JULHO DE 1970, o que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza acontecerá, após o recebimento deste apelo, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, legítima representante da vontade do povo paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, objetivando o fornecimento das informações abaixo discriminadas:

— Quais as remunerações e demais vantagens que recebem os Diretores-Presidentes, Superintendente e/ou Presidentes dos órgãos vinculados a essa Secretaria de Estado do Interior, a partir de 15 de março até a presente data, com as datas contendo as alterações.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente à CELEPAR, solicitando cópia do contrato celebrado entre aquela empresa e o Departamento de Trânsito do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo se informa, todos os processos do DETRAN passam pela CELEPAR, que cobra uma taxa para cada processo.

Os recentes aumentos das taxas do DETRAN, em quase 5 mil por cento, estão sendo consumidos em boa parte pelos encargos daquele Departamento com a CELEPAR.

O envio do contrato a esta Assembléia, permitirá uma análise minuciosa do mesmo por parte dos Parlamentares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, em que solicita cooperação financeira para aquisição de equipamento odontológico de baixo custo, a ser instalado em uma unidade móvel da municipalidade, para atendimento aos bairros da sede urbana e dos quatro distritos de Corbélia.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

As precárias condições de saúde odontológica da população mais carente, tanto na área urbana como rural deste município, tornam necessária a adoção de medidas que diminuam esse índice de problemas. Uma das formas de se diminuir esta proporção de problemas dentais seria uma unidade móvel que, a baixo custo, atenderia a população desta municipalidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, em que solicita a

criação de uma Unidade Veterinária de DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, para atendimento aos Municípios de Corbélia, Braganey e Cafelândia; designação de um Técnico Agrícola, para assessorar o trabalho de Manejo Integrado do Solo; designação de uma Técnica Social, para o escritório local da EMATER/ACARPA.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Dada a grande necessidade de melhoria nas condições de criação animal, é necessário uma Unidade Veterinária, para integração do trabalho da pecuária destes Municípios.

Os serviços do manejo integrado do solo já estão sendo executados em ritmo acelerado, e com apoio da municipalidade, daí a necessidade de assessoramento de um Técnico Agrícola, para melhor desenvolvimento dos trabalhos.

O escritório local da EMATER/ACARPA necessita de uma Técnica Social, para prestação de assistência ao pequeno produtor em conjunto com a Prefeitura, sendo meta prioritária da administração municipal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, e ao Senhor Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado I.P.E., através da Secretaria da Administração consubstanciado em apelo no sentido de serem levados os valores das importâncias pagas pelo I.P.E., no auxílio funeral e seguro de vida por ocasião de falecimento do servidor público.

Atualmente tais importâncias estão defasadas em face da política inflacionária por que passa nosso País, sendo irrelevantes e desatualizados os valores que vêm sendo pago aos familiares, por ocasião do falecimento do servidor público, filiado ao I.P.E.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, em que solicita, junto à SANEPAR a incorporação, por esta empresa, do Sistema de Rede de Água Municipal no Distrito de Anahy e construção do Sistema de Abastecimento de Água Potável no Distrito da Penha; junto à TELEPAR, a implantação do Sistema de Abastecimento de Telefonia Urbana e Rural no Distrito de Ouro Verde do Piquiri, conforme estudos preliminares já realizados, do Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Os pedidos se justificam pela necessidade de melhoria no atendimento da coletividade e pela insuficiência atual desse serviços. O Sistema de Abastecimento de Água foi construído pela Prefeitura, e sua incorporação pela SANEPAR em muito contribuiria para a expansão e melhoria do atendimento à população.

Os estudos preliminares sobre a implantação do Sistema

de Telefonia Urbana e Rural no Distrito de Ouro Verde do Piquiri demonstraram sua viabilidade, sendo portanto, prioritária a agilização deste projeto.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, em que solicita a construção imediata de 6 (seis) salas de aula para os alunos remanescentes das Escolas Reunidas São José; viabilização de recursos para a construção de 2 (duas) salas de aula na Escola Municipal Gabriel de Lara, na sede do Município; criação e implantação de cursos a nível de 2º Grau nos distritos de Anahy e Iguatu; agilização de medidas visando a aquisição e doação de livros e material didático, para a formação de uma Biblioteca Ambulante, para atendimento aos bairros e escolas no interior do Município de Corbélia.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, em que solicita a construção imediata de 6 (seis) salas de aula para os alunos remanescentes das Escolas Reunidas São José; viabilização de recursos para a construção de 2 (duas) salas de aula na Escola Municipal Gabriel de Lara, na sede do Município; criação e implantação de cursos de nível de 2º Grau nos Distritos de Anahy e Iguatu; agilização das medidas visando a aquisição e doação de livros e material didático para a formação de uma Biblioteca Ambulante no Município.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de 6 (seis) salas de aula, para abrigar os alunos remanescentes das Escolas Reunidas São José, encontra-se inserida no plano FAS X, sendo considerada obra prioritíssima.

Para dar atendimento aos bairros e escolas do interior do município, torna-se necessário a viabilização da Biblioteca Ambulante, meio mais prático e econômico de estender a Educação a toda a coletividade.

A criação e implantação dos cursos a nível de 2º Grau se faz imediata, pelo crescimento da população escolar que, ao término do ensino do 1º Grau necessita da continuidade deste estudo, para melhor aproveitamento profissional pelo município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. MAX ROSEMANM, Mui Digno Presidente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, através do Secretário de Estado da Administração, solicitando a instalação de uma agência do IPE no Município de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI e  
ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma agência do IPE nesse município obriga todos os funcionários do Estado a se deslocarem a outras regiões, se quiserem usufruir dos serviços prestados por esse instituto. Assim sendo, é conveniente

o atendimento ao nosso requerimento, em virtude da necessidade de se melhorar as condições de trabalho.

Os motivos expostos, entre outros, justificam nossa solicitação, e corresponde aos anseios dos funcionários do Estado lotados em Borrazópolis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, encarecendo que sejam destinadas informações abaixo discriminadas:

1.º) - Se existe alguma empresa de assessoria e/ou outros órgãos da Administração Estadual, direta e/ou indiretamente, em nome (ou contratada) por Prefeituras Municipais.

2.º) - Caso a informação acima solicitada, se for positiva, quais são as empresas e respectivos endereços;

3.º) - No que diz respeito especificamente ao Programa de Ação Municipal (Pram), quais as empresas de assessoramento e/ou planejamento que estão prestando serviços em nome das Prefeituras Municipais, sua razão social, respectivos endereços bem como outros dados que se encontrarem disponíveis;

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que sejam liberados recursos de ordem financeira a serem aplicados no Colégio Paulino Messias, localizado na Municipalidade de Mamborê.

Na verdade o presente Requerimento tem como objetivo de que haja maior liberação de recurso de ordem financeira baseando-se no convênio firmado entre essa Fundepar e Prefeitura Municipal daquela cidade visando a necessária realização de obras de ampliação naquele estabelecimento educacional mas que no entanto, a importância do dinheiro destinado para aquela finalidade tornou-se insuficiente.

Tal realidade deve-se ao fato da elevação dos custos previstos, tendo em vista as constantes altas nos preços do material a ser empregado na referida construção.

Diante disto, o Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Prefeito Municipal de Mamborê considera de fundamental importância o apoio financeiro dessa Secretaria de Estado juntamente com a Fundepar para aquelas obras de ampliação, já que a mesma virá proporcionar melhorias para o setor educacional daquela cidade.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado encarecendo a realização de estudos apropriados

objetivando a pavimentação asfáltica da estrada ligando a Municipalidade de Araruna a localidade de São Geraldo e e posteriormente ao Distrito de São Vicente, cruzando a estrada da Boiadeira, BR 487.

O Município de Araruna possui uma área de pouco mais de 492 quilômetros quadrados, formando em sua maioria, por propriedades agropastoris, sendo estas responsáveis por todo o processo desenvolvimentista, que é base da estrutura sócio-econômica. Com uma população total de quase 15 mil habitantes, dos quais 9 residentes na zona rural e pouco mais de 4 mil no perímetro urbano, Araruna em face de tais realidades conjunturais mais do que nunca necessita da existência de toda uma estrutura a altura do seu potencial.

Neste sentido, no que diz respeito ao setor de transportes rodoviários, a comunidade araruense tem uma antiga aspiração, que sem dúvida alguma é das mais importantes. Trata-se do asfaltamento da estrada ligando aquela cidade a localidade de São Geraldo, devendo passar pela estrada denominada da Boiadeira (BR 487) e finalmente ao Distrito de São Vicente.

Tal reivindicação ficou mais próxima de se tornar um fato concreto em razão do anúncio feito pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, quando de sua visita a região, na cidade de Campo Mourão, em que o mesmo anunciou que determinará o asfaltamento da BR 487, ligando o Município de Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste. Primeiramente é importante lembrar a importância da concretização daquela obra que não beneficiará apenas Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste, mas praticamente todos os Municípios que compõem a Micro Região 12, e sim diversos outros Municípios do Estado do Paraná, uma vez que a mesma corta regiões devendo interligar a outras importantes rodovias ao Porto de Paranaguá.

O Estado do Paraná é por demais sabido que como Araruna tem o seu sustáculo de progresso na agricultura e na pecuária, fato que determina que em seu Território hajam estradas que integrem mais do que nunca os rincões existentes, no sentido de permitir o escoamento de toda a produção obtida das referidas atividades. Todas estas vias portanto, devem desembocar no Porto de Paranaguá de onde chegam os produtos que serão exportados e importados.

Baseando-se nesta linha de raciocínio, o Município de Araruna deve indiscutivelmente estar ligado as rodovias de maior importância que dão acesso ao Porto de Paranaguá.

Nos dias de hoje Araruna está somente ligada por rodovia pavimentada até o Município de Peabiru, sendo as demais estradas que partem do Município todas de leito natural.

A pavimentação da estrada de Araruna a localidade de São Geraldo primeiramente integrará a comunidade existente em São Geraldo aquele Município; após isto ligará conseqüentemente ao Distrito Administrativo de São Geraldo, cruzando a estrada da Boiadeira. Toda a produção agrícola e pecuária será definitivamente escoada de forma mais segura, rápida e econômica.

Neste sentido em face da exposição resumida os motivos que apontam a importância que existirá no asfaltamento de Araruna-São Geraldo - São Vicente, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes a necessária avaliação. Atendendo deste modo a reivindicação em conjunto do Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, Chefe do Executivo Araruense, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Antônio Pereira do PDS, do também Vereador daquela Casa de Leis, Excelentíssimo Senhor Hortêncio M.

da Silva (PMDB) e do Excelentíssimo Senhor Luiz Zavalin : que é Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro além do apoio das demais lideranças políticas partidárias e da coletividade.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da República do Brasil, General João Baptista Figueiredo, consubstanciado em moção de repúdio pela retirada da Emenda Figueiredo em tramitação no Congresso Nacional, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

#### MOÇÃO DE REPÚDIO À RETIRADA DA EMENDA FIGUEIREDO

Vossa Senhoria nas suas recentes viagens à África dizia-se um ferrenho defensor do pleito direto para a Próxima Sucessão Presidencial, atribuindo as responsabilidades pela não aprovação desta forma de eleição para o cargo máximo da Nação ao seu partido, o PDS.

Agora, Vossa Senhoria, que continua insistindo em pousar de democrata, quando percebeu a possibilidade do Congresso Nacional, revelando na prática que vosso intuito era apenas o engodo, com o objetivo de tumultuar e confundir o quadro político na época da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Esta agora claro para todos os brasileiros, mesmo para aqueles que teimavam em não enxergar o óbvio, que vosso interesse e o do Regime que preside, é apenas o continuismo mesmo que isto viabilize a candidatura do execrável Paulo Salim Maluf.

Portanto, Senhor Presidente, nós deputados, representantes do povo paranaense não poderíamos deixar de repudiar mais esta atitude auto-democrática e conturbadora do quadro político nacional, que só contribuirá para a instabilidade política de nosso País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DR. MAX ROSEMANM, Mui Digno Presidente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, através do Secretário de Estado da Administração solicitando a instalação de uma agência do IPE em SÃO JOÃO DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma agência do IPE nesse Município obriga todos os funcionários do Estado a se deslocarem a outras regiões, se quiserem usufruir dos serviços prestados por esse instituto. Assim sendo, é conveniente o atendimento ao nosso requerimento, em virtude da necessidade de se melhorar as condições de trabalho.

Os motivos expostos, entre outros, justificam nossa solicitação, e corresponde aos anseios dos funcionários do Estado lotados em SÃO JOÃO DO IVAÍ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Justiça, Horácio Raccanelo, consubstanciado em solicitação para que o Excelentíssimo Secretário providencie a implantação na Comarca de Toledo do Programa "Themis", conforme documentação em anexo.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação do Programa "Themis" na Comarca de Toledo reveste-se de grande importância para a comunidade toledana, uma vez que viria humanizar o regime de recuperação dos presidiários do município, implementando o processo de reintegração desses indivíduos à sociedade.

Atualmente os condenados beneficiários do presídio de Toledo cumprem tal programa na cidade de Cascavel, sendo essa locomoção sobremaneira difícil para os presidiários locais, razão por que não conseguem cumprir com regularidade suas obrigações.

Há que salientar, ainda, que Toledo preenche todos os requisitos legais exigidos para a implantação do programa, destacando-se, entre eles, a existência de estabelecimento de nível superior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DR. MAX ROSEMANM, Mui Digno Presidente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, através do Secretário de Estado da Administração solicitando a instalação de uma agência do IPE no Município de Marumbi.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma agência do IPE nesse Município obriga todos os funcionários do Estado a se deslocarem a outras regiões, se quiserem usufruir dos serviços prestados por esse instituto. Assim sendo, é conveniente o atendimento ao nosso requerimento, em virtude da necessidade de se melhorar as condições de trabalho.

Os motivos expostos, entre outros, justificam nossa solicitação, e corresponde aos anseios dos funcionários do Estado lotados em Marumbi.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário o envio de expediente ao DR. MAX ROSEMANM, Mui Digno Presidente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, através do Secretário de Estado da Administração, solicitando a instalação de uma agência do IPE no Município de Cambira.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma agência do IPE nesse Município obriga todos os funcionários do Estado a se deslocarem a outras regiões, se quiserem usufruir dos serviços prestados por esse instituto. Assim sendo, é conveniente o atendimento ao nosso requerimento, em virtude da

necessidade de se melhorar as condições de trabalho.

Os motivos expostos, entre outros, justificam nossa solicitação, e corresponde aos anseios dos funcionários do Estado lotados em Cambira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Câmara Municipal dos Vereadores de Ivaiporã, através do seu Presidente Flávio Martins Proença, sugerindo-lhe a adoção do título, "JOSE MESSIAS" para nomeação de logradouro público daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Messias foi pioneiro em Ivaiporã. Fundador desse Município, construiu seu primeiro hotel, que alinhado a outras atividades contribuiu para o desenvolvimento dessa região.

Mesmo estando, ultimamente, residindo em Curitiba, onde vinha fornecendo atendimento de assistência e encaminhamentos médicos aos seus conterrâneos de menos poder aquisitivo, O-Senhor José-Messias demonstrou seu profundo vínculo com Ivaiporã onde se acha sepultado em virtude de solicitação prévia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo a imediata realização de reforma geral nas instalações onde funciona a Delegacia de Polícia, localizada na Municipalidade de Peabiru.

Trata-se o presente requerimento de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Olavio Silveira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, este afirma, conforme correspondência enviada, ser de fundamental importância que essa Secretaria de Estado determine a realização das reformas que se fizerem necessárias.

Atualmente é bastante precária as condições de funcionamento daquele organismo policial, e que sem dúvida alguma só tem proporcionado dificuldades de atuação interna, no que diz respeito ao seu funcionamento burocrático e também da própria condição que ficam os reclusos.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública o devido encaminhamento, tendo em vista as condições, acima citadas, daquela Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que sejam apuradas denúncias, além da adoção de medidas que se fizerem necessárias, quanto a possível existência de pessoa que atualmente estariam oferecendo ensino pago a nível

de Segundo Grau sem reconhecimento oficial, na Municipalidade de Roncador.

Na cidade de Peabiru no dia três de junho, realizou-se mais um Crece-Congresso Regional de Conscientização Estudantil promovido pela União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus e presidido pelo seu Presidente, o Jovem estudante Valmor Stédile, sendo organizado pela UPES-União Peabiruense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, reunindo jovens secundaristas de praticamente todos os Municípios da região.

Naquele encontro, cujo objetivo da UPES era exatamente a reorganização das entidades estudantis em torno dos problemas e propostas para a estrutura educacional vigente no Brasil, notadamente no Estado do Paraná, discutiu-se também situações específicas relacionadas ao ensino da região. Entre as preocupações manifestadas pelo estudando, destacou-se a que diz respeito as denúncias levantadas pela delegação vinda da cidade de Roncador, em que os secundaristas daquela cidade denunciaram a existência de pessoas que agindo de má fé, estariam oferecendo ensino pago a nível de Segundo Grau sem o devido reconhecimento oficial.

Indiscutivelmente que tais denúncias necessitam que as mesmas sejam averiguadas em toda a sua extensão, e conseqüentemente, sejam efetivamente colocadas em prática ações que resultem no cumprimento da constituição, punindo os responsáveis por tais atos ilícitos.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor do Detran, solicitando que o mesmo desenvolva estudos com o fito de rever os cálculos das novas taxas, recentemente fixadas.

O ilustre Vereador OMANOEL THOMAZ DA SILVA, de União da Vitória, apresentou na Câmara Municipal daquele município, requerimento com idêntico teor.

Nossa solicitação visa atender ao Ofício nº 553-CM/84, daquela Casa de Leis, a nós encaminhado, em que é reiterado a necessidade de medidas urgentes para solucionar os problemas gerados pela elevação astronômica das referidas taxas.

Neste sentido, solicitamos que do expediente requerido, conste, em anexo, cópia do ofício e do requerimento, oriundos daquela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à FUNDEPAR — Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando que sejam concluídas as obras do Colégio Estadual Santa Bárbara, do Município de Bituruna, bem como, sejam realizadas as manutenções necessárias, com o objetivo de resguardar o Patrimônio Público, que está sendo destruído pela falta de conclusão das referidas obras.

O Vereador OSCAR SANTO FRANCHIN apresentou requerimento, e a Câmara Municipal de Bituruna aprovou por unanimidade, firmando semelhante

reivindicação.

Nosso pedido visa atender a ofício da Câmara Municipal de Bituruna — a nós enviado — reinterando a referida solicitação.

Por outro lado, solicitamos que anexo ao referido expediente, seja encaminhada a cópia do requerimento do nobre edil, supra citado.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, e depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, do texto anexo, Nota Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, protestando contra a indicação de pessoa sem a adequada formação profissional, e estranha à categoria daqueles profissionais, para ocupar a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

A nota dos Jornalistas profissionais lembra o grave precedente estabelecido no Paraná, contrário a toda posição da categoria dos Jornalistas, a nível nacional. A indicação contraria a Lei estadual 7557/81 e é considerada absolutamente lesiva aos interesses profissionais dos Jornalistas. A esse propósito, manifestou-se a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, endossando a posição dos Jornalistas do Paraná, em Nota Oficial, pedindo que o Governo do Estado rejeite o equívoco em que foi situado e coloque um Jornalista no cargo de Secretário Extraordinário de Comunicação Social.

Também posição de condenação à designação de um estranho à categoria dos Jornalistas para ocupar a nova Pasta assumiu a maioria dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais do País, ao subscrever abaixo-assinado, em apoio aos Jornalistas paranaenses (38 assinaturas), durante a realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, realizado em Curitiba, de 21 a 23 últimos. A Plenário do referido Congresso também se manifestou sobre o assunto, aprovando moção subscrita pela FENAJ, FENATEL, CONTCOPE e outras entidades, em apoio à posição dos Jornalistas.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 161/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º. — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Espírita Fé e Caridade" — com sede e foro em Ponta Grossa.

Art. 2º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1984.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade de Ponta Grossa, no campo de assistência social e filantrópica, o que já lhe grangeou o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal nº 3.521 de 21-10-82.

A documentação anexa, comprova o preenchimento de requisitos essenciais para o seu reconhecimento público estadual, o que estamos propondo através do presente plano de Lei que esperamos, merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo Orador inscrito, Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em data de 13 de junho, próximo passado, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, realizou-se um ato solene pela instalação da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Diversas entidades se fizeram presentes e nós queremos, nesta oportunidade, ao mesmo tempo que nos regosijamos pela instalação dessa campanha, tecer as seguintes considerações sobre esse momentoso assunto, que reputo dos mais importantes, para a realidade sócio-econômica e política do Brasil. (Lê):

"Dentre os mais prementes brados que a Nação Brasileira tem lançado nas entidades e associações de bairro, nos sindicatos e nos partidos políticos de oposição, nas praças e nas ruas das capitais e do interior, encontra-se o clamor pela Reforma Agrária. Numa prova incontestável, de nossa terra com os anseios e exigências da Nação, chega, até nós, em hora decisiva, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Paradoxalmente ao seu rápido desenvolvimento econômico, nesses últimos vinte anos, o nosso Paraná produziu — como toda a Nação vitimada por um sistema político-econômico — que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria — um saldo estarrecedor: 300 mil desempregados urbanos, 450 mil bóias-frias, 400 mil assalariados permanentes, 200 mil parceiros e meeiros, 100 mil filhos de pequenos proprietários sem terra além dos 180 mil pequenos proprietários que desapareceram. Para completar tão sinistra matemática temos 3.350 mil hectares de terras agricultáveis, porém, improdutivas. Nossos 3.805 produtores controlam 5.315.300 hectares de terras.

Esta, Senhores Deputados, é a fome no Paraná. este é o perfil de um Paraná doente e desatendido e é o reflexo de um Brasil faminto, esquelético, subnutrido, desabrigado. Feito o diagnóstico pelos números incontestáveis deste malsinado "raio X da miséria", é urgente que se inicie um tratamento e se previna uma recaída ainda mais drástica. A obediência servil do Governo brasileiro aos ditames do FMI atenta contra a soberania nacional e é fator determinante deste "status quo". Urge que a classe política discuta as linhas mestras de um programa agrário paralelamente com as mudanças propostas pela população brasileira no movimento das "Diretas-Já". É premente que os sindicatos, associações, entidades, toda a sociedade civil abracem a causa de uma Reforma Agrária séria e genuinamente brasileira, sem o caráter autoritário e paternalista dos militares, sem o engodo da mera "modernização". É preciso reconstruir já este Brasil moribundo e o instrumento primordial desta reconstrução econômica só poderá vir da agricultura.

Nós, democratas, exigimos do Governo brasileiro

a imediata decisão política de implantação de uma Reforma Agrária drástica, e comprometemo-nos a assumir esta luta através de uma ação integrada nas bases, buscando formas práticas de conscientização, de organização e de mobilização dos trabalhadores rurais. Quase 50% da população brasileira, estes trabalhadores precisam sair definitivamente da marginalidade em que se encontram e encontrar acesso a direito à terra na qual trabalham. Somente através de uma verdadeira redistribuição da propriedade, da renda e do Poder no meio rural terão seus direitos conquistados, pois até os dias de hoje a propriedade tem sido um bem absoluto usado como instrumento de exploração. Os trabalhadores rurais desejam antes de tudo que se lhes assegure o direito de morar, trabalhar e produzir no que lhe pertence. Para tanto é necessário que se modifiquem radicalmente a atual estrutura agrária e as relações sociais existentes no campo, com as forças negras do latifúndio monopolizando a terra.

Não devemos nos esquecer, no entanto, que esta Reforma Agrária só será verdadeiramente possível com uma mudança substancial do próprio regime político. Uma solução duradoura para a FOME brasileira está na nossa redemocratização e esta só será real com sindicatos atuantes, com a massa de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários, minifundistas e os povos indígenas integrados à vida do País. O governo democrático do Paraná deve iniciar a sua Reforma Agrária a partir das terras públicas do Estado e dos municípios, além daquelas nas quais tenha participação acionária. Esta benvinda Campanha Nacional pela Reforma Agrária colheria entre nós o seu primeiro fruto.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE —(Tadeu Lúcio Machado) —Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Meu prezado Deputado Caíto Quintana, tivemos o prazer, hoje, na cidade de Paranaguá, muito embora fosse a nossa posição, tivéssemos firmado uma posição com relação, com respeito aos diretores do Porto de Paranaguá que hoje assumiram e que deveria ser alguém de Paranaguá na Superintendência dos Portos, com capacidade e competência e decência, qualidades essas que não faltam a muitos parnanguaras que lá estão.

O Secretário dos Transportes e o Sr. Governador, por razões eminentemente aceitáveis, quero crer, indicaram para superintender o Porto de Paranaguá o Sr. Zanella, diretor do DER. Nós conhecemos, muito bem, o Sr. Zanella, é um homem de postura, um homem decente, e acima de tudo tem competência. Lamentamos, dissemos e repetimos que não tivesse sido alguém de Paranaguá, mas respeitamos as razões que levaram o Sr. Governador e o Secretário de Transportes a indicarem o Sr. Zanella para a superintendência dos Portos.

Lá também encontrava-se o Sr. Júlio César Araújo, que deverá assumir amanhã a Diretoria Técnica.

E a nossa razão no Pequeno Expediente, neste momento, aqui na Assembléia Legislativa, é para enaltecer as qualidades do Superintendente que saiu, que foi afastado do cargo, Sr. José Vicente Elias, num discurso que causou surpresa ao Secretário de Transportes. Um discurso comedido, um discurso altamente elogiável por todos que lá se encontravam, e que ouviram o

Sr. José Vicente Elias, onde ele disse que não saía com rancor de quem quer que seja, que ia prestar serviços ao Porto de Paranaguá, ao Superintendente, o Sr. Zanella, esquecendo toda a polêmica que existiu no passado e pensando de hoje para frente, no futuro, que acima de tudo interessa o progresso de Paranaguá, da cidade de Paranaguá, do Paraná e do Brasil.

Portanto, os problemas que ocasionaram o afastamento do Sr. José Vicente Elias, por ele, ficaram no ostracismo, no esquecimento, ele nem quis comentar.

E eu quero neste momento dizer que o discurso, tanto do Sr. José Vicente Elias, quanto do Sr. Deni Schwartz, que deu ao Sr. José Vicente Elias um atestado de idoneidade, o discurso do Sr. Secretário dos Transportes. O Sr. José Vicente Elias, o Sr. Jaime Simões e o Sr. Abud tinham prestado os mais relevantes serviços ao Porto de Paranaguá, não só no que diz respeito à capacidade como também no que se refere à idoneidade dos três diretores.

Portanto, a nossa presença, no Pequeno Expediente, é para dizer do comportamento do diretor que saiu, do diretor que assumiu, que fez um discurso pedindo a colaboração do Sr. José Vicente, e ele vai ter essa colaboração, porque nós parnanguaras somos bairristas, queremos acima de tudo o bem-estar daquela cidade; e o Porto, o seu pulmão de pedra, é de vital importância para nossa cidade e para todo o Estado do Paraná.

Portanto, eu cumprimento o diretor que deixou a superintendência e o que assumiu, porque eles estão entrosados, a fim de levar o nosso Porto ao seu mais alto desígnio, qual seja, num futuro muito próximo, o principal porto exportador do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Annibelli.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O “Jornal da Manhã”, de Ponta Grossa, completa no dia 04 de julho, 30 anos de fundação, nascido da iniciativa heróica de seu primeiro proprietário, Petrônio Fernal, e estimulado pelo ideal jornalístico do Borell Du Vernay.

Nesta caminhada vitoriosa de permanente progresso, e após sucessivas transferências de capazes diretores e competentes redatores, o “Jornal da Manhã” como jornal moderno e vibrante, sob a orientação empresarial de seu diretor, Sr. Gustavo Horst e de seu Diretor de Redação, o jornalista Adail Inglês, alcança, atualmente, destaque no concerto dos órgãos da imprensa paranaense.

Ao longo destas três décadas de existência, acumulou um expressivo acervo, não só jornalístico, mas cultural, através de notícias, reportagens, editoriais, —que condensa no registro amplo e diversificado a própria

história deste período da sociedade pontagrossense.

O jornal é um veículo de comunicação de mão-dupla que tanto traz a informação externa quanto leva a informação interna, em um intercâmbio permanente com o universo mais amplo do que os simples limites de uma comunidade local.

No Brasil os jornais nascem, geralmente, mais por iniciativa heróica e de pioneirismo de seus fundadores, o que caracteriza a atividade profissional e empresarial no setor, do que propriamente por um apelo consciente da comunidade.

Portanto, é preciso um trabalho das comunidades, como também dos poderes constituídos, no sentido de permanente valorização desse tipo de veículo de comunicação social, pelo que representa como estimulador da reflexão e do senso crítico do cidadão leitor, colaborando com isto, na elaboração da consciência do povo, face à realidade econômica social e política da cidade e do mundo.

Desta forma, destaco com imensa satisfação, que um jornal que consegue sobreviver durante 30 anos, com efetiva circulação, e que não só demonstra a sua serventia como traduz a pertinácia e o espírito de luta daqueles que, comungando ideais e conjugando esforços de proprietários, jornalistas e de pessoal de apoio, colocam-no diariamente, nas bancas, para satisfação de seus leitores.

Ponta Grossa, com certeza, tem consciência da importância deste jornal e por isso, orgulha-se dele.

Parabéns, "Jornal da Manhã".

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa, durante a tarde de hoje, para também registrar que no próximo dia 4 de julho, o "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa, completará 30 anos de existência.

Em 4 de julho de 1974, o então Prefeito Municipal de nossa cidade, Petrônio Fernal, adquiriu o acervo do antigo "Jornal do Paraná" e fundou o "Jornal da Manhã". Hoje, um dos mais antigos jornais do interior do Paraná, ao lado do "Diário dos Campos", também de nossa cidade.

O "Jornal da Manhã" teve uma trajetória marcada por intensa participação comunitária e política na história dos Campos Gerais.

Ao ser fundado, foi nomeado o seu diretor, uma das maiores figuras da história pontagrossense, que foi o Professor João Ricardo Borell du Vernay.

Dois anos e meio após, o jornal foi adquirido pelo então Deputado Estadual Francisco Sadi de Brito. Quem assumiu a direção de redação do jornal, outro importante jornalista paranaense, um dos maiores debatedores políticos da imprensa do Paraná, ainda vivo, Dr. Lourival Santos Lima.

Após o Dr. Lourival Santos Lima, outros nomes ilustres da imprensa paranaense dirigiram o "Jornal da Manhã". Entre eles, o falecido Barros Cassal, o falecido Ducastel Nicz e foram seus proprietários posteriormente dois ex-Deputados Estaduais, Horário Vargas e João Vargas de Oliveira.

Mais tarde, numa segunda etapa, o jornal foi adquirido por um grupo de empresários pontagrossenses destacando-se as presenças de Gustavo Horst, Constâncio Mendes, Wallace Pina, Oswaldo Spósito e outros.

A partir da aquisição do "Jornal da Manhã" por esse grupo, abriu-se também uma nova época do jornalismo pontagrossense. O jornal, mesmo mantendo posições políticas, jamais deixou de dar guarida aos homens da Oposição. E há mais de cinco ou seis anos, seu único proprietário, o empresário Gustavo Horst, e desde abril de 1979, é seu diretor de redação o jornalista Adhail Inglês.

Pessoalmente, muitas vezes divergi da orientação política dada ao "Jornal da Manhã". Mas devo também, dar testemunho a esta Casa que é um dos poucos jornais do interior do Paraná, mesmo tendo linha política contrária ao PMDB, em todas as campanhas políticas realizadas nos Campos Gerais, jamais fechou às Oposições ao antigo MDB.

Posso dizer mesmo que é o "Jornal da Manhã" quem sabe, o matutino que mantém uma linha mais liberal em todo o Estado do Paraná, divulgando tudo aquilo que é do interesse da comunidade paranaense e, principalmente, da comunidade dos Campos Gerais.

Desta tribuna, faço a minha saudação ao seu proprietário Gustavo Horst, ao seu diretor geral, jornalista Adhail Inglês, e tenho certeza que as congratulações que desta tribuna mandamos ao nosso matutino, é compartilhada com todo povo pontagrossense.

Porque sabe o princesino, de nas boas e nas más horas, as colunas do "Jornal da Manhã" sempre estiveram e estarão abertas aos anseios da nossa comunidade.

Pontá Grossa é a capital cívica do Paraná e sente-se honrada em comemorar no próximo dia 4 de julho, o trigésimo aniversário de fundação do "Jornal da Manhã". E esperamos que esse jornal mantenha a sua linha liberal de agasalhar em suas colunas as opiniões de todas as correntes políticas de Ponta Grossa, para manter viva a chama que foi acesa por Petrônio Fernal e por esse grande paranaense e por esse grande brasileiro que foi o professor João Ricardo Von Borell du Vernay.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta semana em que a cidade de Umuarama está comemorando o seu 29.<sup>o</sup> aniversário, nós, desta tribuna, nos

associamos àquele povo, para de público, parabenizar aqueles que, desde o início, há 29 anos ali labutam e constroem uma cidade que tem merecido destaque, a nível nacional, quer pela sua produção, quer pela sua gente.

Nós que participamos há mais de 22 anos daquela cidade, nos vimos na obrigação de através desta tribuna, dizer da nossa satisfação em representarmos faixa da população daquele município, da região, nesta Casa.

Ao mesmo tempo trazemos aqui os nossos protestos quando, no dia de ontem, fazendo parte ainda dos festejos do aniversário daquela cidade, a Secretaria da Educação, que lá esteve o dia todo, no encontro de jovens no meio rural, ao marcar uma reunião na sede da Prefeitura daquela cidade, no Paço Municipal, o encontro das 18 horas com os Prefeitos da Microrregião Onze, cuja sede é Umuarama, "Capital da Amizade", qual não foi o espanto, qual não foi a decepção de dois Prefeitos do PDS, Augusto Gonçalves, de Iporã, e José Delabre, de Francisco Alves, quando, sentados e acomodados no anfiteatro daquela Prefeitura, foram convidados pela Sra. Secretária, a se retirarem do recinto, porque se tratava de uma reunião exclusivamente de Prefeitos do PMDB.

Quando aqui nesta tribuna se diz discriminação, se diz falta de habilidade, se diz incompatibilidade desse secretariado do Governo Richa, e das discriminações que acontecem no dia a dia, ou nas humilhações por que passam alguns prefeitos do PDS, nós aqui trazemos o apoio para aqueles prefeitos que, melancolicamente, tristemente desapontados, tiveram que deixar o recinto da reunião.

Nós achamos e pedimos para que, fatos como este, não aconteçam em outras oportunidades, porque há necessidade de, em termos principalmente de Executivo, longe de épocas eleitoreiras, se faça administração dirigida para o povo e não para os partidos.

É aí que trazemos através desta Casa o nosso protesto e queríamos nestes poucos instantes que nos restam, dizer também da nossa decepção, quando há poucos dias, através dos jornais de circulação do Estado, a Copel anunciava o início da construção do acesso que vai ligar a Usina de Salto Segredo.

Mais uma obra faraônica, mais um bilhão de dólares, a individuar o Estado do Paraná e a individuar o País, uma vez que sabemos que há sobra de energia, há sobra de potencial energético no Estado e no País.

Sabemos que em Itaipu não iniciou ainda o seu trabalho de fornecimento de energia, e ainda mais que estamos acompanhando ainda há poucos dias, através de um editorial do "Estado de São Paulo", que a necessidade era justamente de um investimento na transmissão, e não na geração.

Daí o nosso protesto e a nossa presença aqui neste dia, para, de público, trazer a nossa decepção, e não só a nossa, tenho certeza, mas como de todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto

Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Por que caminhos caminha a Pátria brasileira?

O que aguarda no amanhã esta Nação que é de todos nós?

Durante muitos anos a Nação brasileira debateu-se sobre o regime da prepotência e do arbítrio, com problemas os mais diversos, que infelicitaram a vida desta Nação.

Durante muitos anos, em nome de uma falsa austeridade e desenvolvimento, se enganou os princípios de todos nós brasileiros e se levou esta Nação ao caos total aos problemas sociais, e às dificuldades de trabalho, ao endividamento externo, a uma vida difícil para a grande maioria de todos nós. Iniciaram-se, então, os movimentos da população brasileira, sensibilizando as classes dominantes na política, da necessidade de um pacto nacional para podermos, juntos, reconstruir esta Nação infelicitada.

De pequenas concentrações de ruas, de poucos homens capazes de contestar um regime forte e autoritário foram ganhando corpo as concentrações, o clamor popular pedindo eleições diretas para Presidente da República.

E, nos encontros públicos, nas concentrações de praças, o volume de brasileiros aumentou sensivelmente, pedindo a possibilidade de eleger o seu Presidente.

Somado ao pensamento popular, uniram-se os Partidos, inicialmente de Oposição, posteriormente, segmentos do próprio PDS, sentindo na vontade popular a única forma de podermos recuperar esta Nação totalmente destruída pela incompetência dos seus administradores.

Derrotou-se a Emenda Dante de Oliveira, e em nome da Emenda Figueiredo, os políticos do partido de sustentação do Governo Federal, disseram rejeitar a Emenda Dante de Oliveira, porque votariam a Emenda Figueiredo porque era mais ampla e mais abrangente.

As manifestações populares reiniciaram. A vontade nacional se fez presente uma vez mais, mostrando que o único caminho capaz de nos levar para a recuperação da Nação seria as eleições diretas para a Presidência da República.

Na noite de ontem, somados aos Partidos de Oposição, que pediam destaque da Emenda de "Diretas Já", sentiu-se no Congresso Nacional, a possibilidade de que a Emenda passasse, porque homens sérios, compenetrados, inclusive com a vontade popular, pertencentes a todos os Partidos de Oposição, e alguns até pertencentes ao PDS, mostraram claro nessa reunião do Congresso Nacional, que o destaque das "Eleições Diretas Já" passaria na noite de ontem.

Como primeiro artifício, suspendeu-se a votação da Emenda. Como segundo artifício, retira-se a Emenda do Presidente da República, para não permitir que a classe

política representando a vontade popular, vote a Emenda "Diretas Já".

Então eu me pergunto, Sr. Presidente, Srs..

Deputados: por que caminhos caminhamos? Quem, na verdade, nos dias atuais, detém o poder de dar cor ao destino desta Nação? Será possível que a voz de mais de 130 milhões de brasileiros, será possível que os partidos organizados desta Nação tenham que ceder à vontade prepotente de poucos os que se julgam detentores do poder e do mando na Pátria brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

"DA ARTE OFICIAL DE FURTAR

"A porta por onde legitimamente se entra ao ofício é só o merecimento; e todo o que não entra pela porta, não só diz Cristo que é ladrão, senão ladrão e ladrão. E por que é duas vezes ladrão? Uma vez porque furta o ofício, e outra vez pelo que há de furtar com ele".

(Do grande sermonista Pe. Antônio Vieira, em seu Sermão do Bom Ladrão, pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, no ano de 1655).

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A moderna República não tem sido mesmo, pelo menos no fundamental, diversa da Colônia. Com efeito, como no passado colonial, não há hoje, como ontem, matrimônio mais perfeito que o da corrupção com o entreguismo.

Atualíssimas as palavras do velho Padre Antônio Vieira identificavam nos reis, príncipes, ministros e conselheiros, a conjugação do verbo furtar em todos os modos, por todas as pessoas. Chegam ao Poder e começam a furtar pelo modo indicativo, porque querem imediatamente saber dos práticos como abarcar tudo; pelo modo imperativo, porque instalam a ditadura da rapina e da pilhagem; pelo modo mandativo, porque mandam e são mandados em tudo que se lhe apresenta; pelo modo optativo, porque desejam tudo que lhes parece bem; pelo modo conjuntivo, porque juntam o seu pouco com o daqueles que manejam muito; pelo modo infinitivo, porque não tem o furtar com o fim do governo, e sempre lá deixam raízes; e pelo modo permissivo, porque permitem que outros furtem, desde que não seja o seu quinhão. Fazem-no em todas as pessoas porque a primeira pessoa do verbo é sua, a segunda, dos seus amigos e parentes, e a terceira, de suas indústrias e financeiras.

Processarei, neste dia, uma análise ligeira sobre o fenômeno da corrupção, sobre a arte oficial do roubo, do furto e da pilhagem. E o farei em partes.

Em primeiro lugar, não há como deixar de constatar que sobre o antigo governo pedessista em nosso

Estado pesam denúncias e provas documentais tão graves que é impossível analisá-las sem ficar estupefato com a sordidez e a baixeza do espírito que as engendrou. Provavelmente, os Parlamentares pedessistas nesta Casa, em especial sua parcela comprometida com a antiga direção do Estado, não se alegrem em ouvir revanchismo ou então mero balisamento dos trabalhos da Bancada do PMDB na CPI da Corrupção, mas como desenvolvimento de um processo político de educação política da população que precisa saber de seus governantes, conhecê-los em seus pensamentos e ações, elevar sua compreensão histórica sobre História do mundo em que vive.

É muito provável que não soe bem aos Parlamentares pedessistas a comprovação material de que um Deputado desta Casa, ex-Diretor - Administrativo-Financeiro envolveu-se em peculato, corrupção eleitoral, falsidade de documentos públicos, falsificação de identidade, declarações falsas sobre mercadorias e condescendência criminosa. E é de perguntar-se com que autoridade pode esse Parlamentar fazer oposição nesta Casa, sem que antes tenha respondido, na Justiça, a série fantástica de irregularidades praticadas na administração anterior da FUNDEPAR na CPI.

É muito provável que não soe bem aos Parlamentares pedessistas, a comprovação material de que o nobre Deputado Oscar Alves praticou segundo denúncias na CPI, desta Casa, empreguismo, corrupção eleitoral, exercício ilegal de cargo público no período de sua desincompatibilização, emplacements frios, desvio de recursos públicos para fins promocionais. E aí viriam certamente, dizer-me que o processo que lhe moveram fora arquivado pela Procuradoria Geral do Estado. E que tem isso, já que se trata de arquivamento de lavra de autoridade que também engavetou as denúncias monstruosas contra o ex-Governador Paulo Salim Maluf.

É muito provável que tivesse o nobre Líder da Minoria, nesta Casa, processado a apresentação pública do dossiê de corrupção contra o ex-Secretário da Cultura e Esportes que desta Tribuna disse ter, e talvez não tivéssemos o desvio de 22 milhões de cruzeiros do convênio PRODOPAR/PARANATUR, nem teríamos de arcar com subvenções de 4 milhões de cruzeiros a escolas de samba do Rio de Janeiro, tampouco pagar despesas de viagem e estadia de trinta dias no Japão e Nairôbi. Deveria ter mesmo o nobre Líder, derrubado o então Secretário da Cultura, pois talvez não fosse necessário dizer que diversas assinaturas de Prefeitos e Presidentes de clubes esportivos sofreram falsificação em que acusavam recebimento de verbas para construção de canchas polivalentes e reformas de estádios que jamais ocorreram. Fizesse isso e, certamente, o patrimônio do Estado não teria sido lesado e subtraído, como foi, com o fruto de instrumentos musicais, obras artísticas e literárias, video-cassetes, projetores de filme super 8, mimeógrafos, fotocopiadoras, calculadoras e tantos outros bens públicos.

Fico mesmo a pensar como a espécie humana pode resvalar para tanta vileza. Como puderam as autoridades da Secretaria da Agricultura do Governo Ney Braga causar em uma única operação comercial, prejuízos da ordem de 400 BILHÕES DE CRUZEIROS, com a aquisição de medicamentos e fertilizantes com prazos vencidos? Com que desfaçatez a CAFE DO PARANÁ executou serviços mecanizados em propriedades de pessoas ligadas ao seu quadro administrativo e a altas autoridades do Estado.

Ora, Senhor Presidente, que manto protetor

deu segurança às autoridades financeiras governistas; para comprometerem valores superiores ao próprio capital do Banco Del Paraná, em operações de redescontos e créditos em liquidação?

Em área tão vital como a do ensino, não hesitaram em burlar convênios SEED/FENAME, com valores de 120 milhões de cruzeiros. E fica a interrogação na mente da comunidade universitária das Faculdades e Universidades do Estado, em particular da Faculdade Estadual de Apucarana, e me questiono: como até agora o nobre representante daquela cidade nesta Casa ainda não diligenciou para ver apuradas e punidas as autoridades educacionais responsável pela quase-morte daquela instituição do ensino, em função de desvios financeiros e contábeis de dezenas de milhões de cruzeiros. E observem que a cobrança dos jovens universitários é grande, pois que não se conformam com a impunidade e o protecionismo.

E poderia ir à frente, mas o tempo é escasso e as questões que pretendo tratar são muitas. Que fiquem, todavia, como referências, os casos EMOPAR, que colocou toda a sua estrutura física e de pessoal a serviço do aventureiro Saul Raiz; TECPAR, com compras de materiais inexistentes em seu estoque, contratação de seguro pessoal aos Diretores, sem que o próprio órgão tivesse garantias de seguridade; ITC, com alienações inescrupulosas de imóveis do Estado; SEPL, com gastos supérfluos na auto-promoção do Secretário. E iria muito à frente, com TAMARANA, METRONOR e outros escândalos, sobre o que, com maior autoridade, podem falar colegas de nossa Bancada.

No plano nacional, o crime é continuado, reiterado, impune. O caso CAPEMI demonstra que, efetivamente, o Governo Ney Braga estava muito bem cotado na esfera federal. Como ter depósitos de dinheiro público em contas corretas sem movimento durante meses, em flagrante triangulação comercial para benefícios dos banqueiros e dos dirigentes das estatais, e liberação de empréstimos sem garantias mínimas, o BADEP esteve envolvido, isto é gravíssimo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na prestação de serviços bancários aos apaniguados de elementos ligados ao Serviço Nacional de Informações. O famigerado SNL. Senão vejamos: em outubro de 1982, o BADEP concedeu um empréstimo de 6 milhões de dólares à SERVIX ENGENHARIA, cujo Diretor Vice-Presidente é o Senhor Nilson de Oliveira e Cruz, irmão do general Newton de Oliveira e Cruz. Vinte dias depois, a SERVIX ENGENHARIA, pedia concordata. Restam agora os danos ao atual Governo do Estado do Paraná, que teve de assumir 12 parcelas semestrais de 800 milhões de cruzeiros, ou melhor, mais de 500 mil dólares a cada seis meses. Deste modo, o Paraná, pelas mãos do general Ney Braga, entrou na gigantesca operação que causou em prejuízo à Nação de mais de 200 bilhões de cruzeiros.

Mas não esteve só no Caso CAPEMI, porque além do irmão do Comandante Militar do Planalto, está com os pés e o corpo no lodo da corrupção do PROJETO TUCURUI também o filho do general Presidente Figueiredo, Senhor Paulo Renato Figueiredo.

Denunciado no escândalo COROA-BRASTEL, pelo que causou prejuízos ao erário público de 418 bilhões de cruzeiros, não perde em nada ao anterior, pelo rol de articulações oficiais que determinou. Tudo começou quando o Presidente da COROA-BRASTEL comprou, em 1980, a Corretora Laureano, de propriedade de um dos filhos do general Góbery. Para fazer frente aos vultosos gastos que teve para obstrair as autoridades do Palácio da desmoralização pública na época, o Presidente

da COROA-BRASTEL, com o aval do Presidente do Banco Central Carlos Langoni, do Presidente da Caixa Econômica Federal e dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, colocou no mercado financeiro 418 bilhões em letras de câmbio frias. E para obtenção de empréstimos gigantescos para rolar o passivo das suas empresas, Assis Paim Cunha, contratou a Corretora Pécora e Leal Consultores Ltda., que desatou os nós dos bancos oficiais e, segurando diversas declarações dos envolvidos no caso, resultaram em polpudas comissões aos Ministros do Planejamento e da Fazenda. Sobre isto leia-se o Relatório da Comissão de Sindicância instalada pelo próprio Banco Central e que derrubaria todo o Gabinete do Ministério Econômico em qualquer País democrático em nosso mundo.

Acrescentem-se os casos HASPA e LETRA, liquidadas pelo BNH, que determinou o bloqueio de bens, dentre outros, os do ex-Ministro dos Transportes Dirceu Nogueira, com rombos da ordem de 262 bilhões de cruzeiros e o caso ECONOMISA, com rombos de 69,1 bilhões e de propriedade do Deputado Federal pedessista Nylton Veloso. Cite-se o escândalo do BNCC, que causou golpes continuados de 1 trilhão de cruzeiros, com o envolvimento direto do ex-Ministro Amaury Satabile em esquema violento de contas em caixa 2 no exterior, câmbios fraudados, redescontos gigantescos e roubalheira desbragada e teremos na aproximada conta que é a moderna República dos generais, dos ricos e das multinacionais.

Recuando um pouco no período golpista contra-revolucionário de 64, não é possível esquecer o caso do Banco União Comercial, que sob a orientação do ex-Ministro do Planejamento e atual Senador pedessista Roberto Campos, afanou do Banco Central, em 1973, 700 milhões de cruzeiros. Tampouco é lícito escamotear a figura exemplar do Senador arenista Wilson Campos, que tentou extorquir 400 mil cruzeiros de um empréstimo do BANDEPE que concederia ao empresário Carlos Alberto Menezes, dono do Conifício Moreno, nas proximidades do Recife. Na mesma linha e mais adiante, espero que os Parlamentares desta Casa, recordem das marcas de imoralidades, assassinatos patrocinada pelo ex-Governador José Cortes Pereira, que depois de ter exercido um dos governos mais corruptos de que se tem notícia, foi cassado por Geisel e condenado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e vários anos de reclusão e multas, que em segundo o absolveu.

Nem podemos omitir o caso do ex-Governador Garcia Netto, do Mato Grosso, que em 1975 destinava para sua família rendimentos de 800 milhões de cruzeiros, numa prática nepotista (que não causa inveja nenhuma mesmo ao general de contra-cheque Ney Braga). E ainda, o caso do Banco Econômico, que sob a orientação do ex-Ministro Calmon de Sá, não honrou, em agosto de 76, cheques administrativos de 200 milhões de cruzeiros, pagos integralmente pelo Banco Central do Brasil. E o caso DECRED, de propriedade do Senhor José Luiz Moreira, sócio industrial do ex-Governador do Rio Grande do Norte Aluizio Alves, e dos Senadores pedessistas Luiz Vianna Filho e Jessé Pinto Freire, tendo como vice-presidente do seu grupo o ex-Ministro do Interior general Albuquerque Lima, cotadíssimo à época para a Presidência da República, que juntos e em articulação, emitiram 3 bilhões de cruzeiros, em 77, de letras de câmbio frias, imediatamente cobertas também pelo Banco Central do Brasil. O caso COPEIG, cujo diretor era o general Emundo Macedo Soares, ex-Ministro da Indústria e Comércio, que provocou desfalque, em 79, de mais de 1 bilhão de cruzeiros em debêntures falsas, com o beneplácito das autoridades. Finalmente, sem que tenha esgotado matéria tão vasta, os escândalos da Vale do Rio Doce,

que sob a batuta de Langoni e Galveas teve suas ações em enxurrada no mercado que as fizeram cair de 6,2 cruzeiros para 1,6 cruzeiros, num total de 150 milhões de ações, e o LUTFALLA, escabroso negócio especial de favorecimentos oficiais com rombos superiores a 10 bilhões de cruzeiros, mas que da forma como andam as coisas terminará com crédito juntos aos organismos bancários públicos, sobre o que trataremos oportunamente.

Hoje, mais que ontem, teria de, perplexo, levantar Padre Vieira sua dialética irretorquível, e novamente perguntar: "Ah vagares, ladrões do tempo e do dinheiro público! Não haverá justiça exemplar para estes ladrões? Não haverá quem enforque estes ladrões, estes salteadores de ocasião, estes destruidores da República?"

Posta desta forma a questão da administração pública do Estado, o certo é que, acima da honorabilidade de homens, se colocam as estruturas de governo. A complexidade do aparelho estatal, seu caráter atrasado, reacionário, têm de ser simplificada e reduzida a operações simples de registro e fiscalização, tornando as funções públicas acessíveis a todos os cidadãos de instrução básica, mediante salários habituais, devendo perder todos os vestígios de privilégios. Do mesmo modo, em matéria de responsabilidade, baseada na culpa, para que se possam apurar as responsabilidades individuais, precisamos de um Código Penal Financeiro ou dos Negócios, que tipifique, com rigor, os casos mais usuais de condutas criminosas. Falo não de uma Lei melhor, mas de outra Lei, emanada da Constituinte livre e soberana.

E quando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a maioria do povo triunfar e puder executar por si mesma e em toda a parte o controle, e a fiscalização se tornará geral e ninguém da reação saberá onde meter-se para escapar a este controle. Quando toda a gente, Senhor Presidente, estiver preparada de fato para administrar realmente a produção social, quando todos procederem de fato ao registro e ao controle dos parasitas, dos oportunistas e dos velhacos, então será tão incrivelmente difícil, para não dizer impossível, fugir a este controle que toda a tentativa neste sentido provocará um castigo pronto, rigoroso e exemplar pois o povo é gente séria e prática e não gosta que se brinque com ele."

Muito obrigado.

O Sr. Rubens Bueno - Permite-me um aparte?

(Assentimento).

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, lembrando que hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual Vossa Excelência faz parte, apreciou discutiu e aprovou 4 relatórios, sobre irregularidades no Estado do Paraná, a que diz respeito à Secretaria da Agricultura, com envolvimento do atual Deputado Federal Reinhold Stephanes e com o candidato a Deputado Estadual Helio Ventura, de Paranavaí.

Até eu tenho aqui um depoimento do Senhor Jairo Calderari de Oliveira, escriturário do Setor da CETRANGÁS, e ele diz o seguinte: O Setor dos Transportes da Secretaria de Agricultura, dispõe de veículos com placa oficial chapas brancas e veículos com placas particulares, chapas amarelas e a partir do mês de outubro de 1982, coincidentemente véspera de eleição foi determinada que esses veículos até então portadores de chapas brancas com faixas e alguns com chapas brancas e identificação de serviço público nas portas, passassem a usar chapas particulares e suprimida a faixa exterior amarela, bem como a sua identificação nas portas.

Tais determinações eram procedentes da Direção Geral e do Gabinete do Secretário, então o Secretário Reinhold Stephanes.

O depoente tem também notícia que estes carros com placas substituídas, serviram no período pré-eleitoral aos interesses de candidatos do partido oficial, assim todos os carros com chapas amarelas trabalharam para candidatos a postos eletivos nas últimas eleições, tais como do Senhor Reinhold Stephanes e do Senhor Helio Ventura, inclusive utilizavam os veículos de propriedade do Estado, para fixar propaganda eleitoral no período noturno, para todas essas atividades os carros eram abastecidos por intermédio dos núcleos regionais em postos de serviço particulares ou na sede com bomba instalada no CETRAN, que é o Departamento da Secretaria de Agricultura.

Além disso, tantos outros depoimentos que nós temos aqui em mãos, com relação à Secretaria de Agricultura, este relatório foi estudado com o tempo devido com a seriedade devida, pelo Deputado Paulo Furiatti. Foi discutido hoje e aprovado na sessão de hoje.

Além disso, também o Deputado Paulo Furiatti depois de serenamente pesquisar todos os documentos com relação àquele concurso seletivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, também apresentou o seu relatório e as providências que serão tomadas através da Procuradoria Geral da Justiça, da OAB do Paraná e outros organismos e instituições deste Estado.

Também o Deputado Sérgio Spada que está na Tribuna e é por isso que eu estou lhe pedindo aparte, fez o relatório final do caso da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, onde Sua Excelência demonstrou que realmente está aqui para desempenhar o seu mandato, de acordo com os compromissos assumidos nas eleições de 82.

E neste relatório que Sua Excelência apresentou numa rapidez e que nós elogiamos, pelo trabalho e o tempo que tomou e ontem até altas horas da noite, Sua Excelência, os assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito, seus assessores trabalharam em cima desse processo e o relatório final hoje foi discutido e aprovado onde as medidas serão tomadas por organismos do Estado.

Além disso, nós tínhamos que salientar aqui e deixar também a nossa referência com relação ao relatório apresentado pelo Deputado Orlando Pessuti, que é exatamente referente a BANESTADO Reflorestadora que foi apresentado junto à CPI pelo Deputado Tércio Albuquerque.

Então este é um trabalho que a CPI que pretende, séria, e com trabalho sereno, executar aquilo que nós temos em mente e aquilo que nós temos defendido publicamente, é um compromisso do PMDB com a lisura da sua posição, da sua função e também dos organismos do Estado.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte, nobre Deputado.

Nós ficamos até mesmo entristecidos por ver que um trabalho desenvolvido com muita seriedade por parte da CPI, após enviar para a Justiça, o caminho legal, competente, quando com provas contundentes demonstrava que o Senhor Oscar Alves, genro do Senhor Ney Braga hoje Deputado Federal, usou e abusou da máquina administrativa da Secretaria de Saúde na época, e lamentavelmente não nos cabe fazer análise muito profunda, esse relatório

foi arquivado por ordem do sub-procurador da União.

Vinculados, e nós tivemos oportunidade inclusive de hoje debater, juntamente com o Dr. Wilson Ribeiro, as falcaturas dos absurdos que foram cometidos dentro desta Pasta. E o caso do CETRAN em Fóz do Iguaçu: é de se ficar boquiaberto. É impossível; não há condição, alguém tem que ir para a cadeia, nobre Deputado. Porque os danos causados ao Estado são muito grandes. Mas, enquanto nós não chegarmos a uma verdadeira autonomia e condição de atuar, onde a população tenha condições de fiscalizar, inclusive seus representantes, lamentavelmente esse tipo de coisa, irá continuar acontecendo.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto o Líder do PMDB sobre o horário da Liderança.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Por 20 minutos, falará o Senhor Adhail Sprenger Passos e por 10 minutos, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, por 20 minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem nesta Casa, o Deputado Airton Cordeiro discorrendo sobre o impasse que existe hoje na administração da Universidade Católica do Paraná, entre a direção desta Universidade e o Diretório Central dos Estudantes, foi levado a um erro extraordinariamente crasso, que traz por trás uma grande injustiça; que nos deixou, a mim, que tenho estado lá constantemente, deixou ao Secretário Mussi de Segurança e também a Senador Álvaro Dias, Presidente do PMDB, extraordinariamente injustiçados, pela interpretação que o nobre Deputado Airton Cordeiro deu aos fatos.

Nós, homens públicos, não podemos nos omitir em qualquer situação que ocorra na sociedade em que nos inserimos. E nós como Parlamentares e como homens públicos e como Secretário de Estado, tão logo, tomamos conhecimento do impasse havido na Universidade Católica, ...

O Sr. Airton Cordeiro - Solicito um aparte a Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Já darei o aparte a Vossa Excelência.

... tomamos conhecimento do impasse havido entre os estudantes e a Direção daquela Universidade nos apressamos em cumprir um dever, um dever que não declinamos em nenhuma hipótese, e lá compareceremos por diversas vezes, como também o Senador Álvaro Dias, como também pessoas ligadas à Secretaria de Segurança, para conduzirmos o processo, para intervirmos no processo, não no sentido: como foi ontem aqui interpretado por Sua Excelência, mas no sentido justamente contrário, para que o impasse fosse encaminhado para o diálogo, entre as partes contrárias, diálogo para que afinal fossem estabelecidos os canais de interpretação da realidade universitária, que vive a Universidade Católica do Paraná e que possam, evidentemente, encontrar soluções para as reivindicações que consideramos justas, dos universitários daquela Universidade. Aliás, isso tem sido constante

através dos tempos, aquela Universidade tem havido sempre a cada ano, a-cada período letivo o impasse levado pelo radicalismo de posições que levam a impossibilidade do diálogo. E a nossa participação lá, como Deputado, tem se repetido a cada passo, a cada momento, tenho aqui, em mãos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o documento oficial que foi extraído ainda o ano passado, quando episódio idêntico a Universidade viveu; foi um trabalho que nos demandou bastante esforço, mas um trabalho que se coroou de êxito, porque depois de continuadas reuniões entre a administração estudantil e a administração da Universidade, chegamos a um termo de acordo, cuja cópia tenho em mãos, Senhor Presidente, acordo firmado em 5 de julho de 1983, entre o Reitor em exercício na Universidade o Professor Paulo Wodonos, e o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, naquela época, Samuel Gomes dos Santos, hoje Presidente da União Paranaense dos Estudantes, e nós participamos como testemunha, e quando digo nós, estou me referindo ao Secretário Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário de Segurança do Estado do Paraná, ao Deputado que ocupa a Tribuna neste momento, como testemunha também pela Universidade o próprio Professor João Oleiniki, vice-Reitor Comunitário e também, naquela época, o Presidente da UPE o acadêmico, Luiz Henrique Buonaturra. Depois de variadas reuniões, de impasse idêntico, Senhor Presidente, nós conseguimos este acordo. Nunca a nossa posição foi, como ontem aqui, erroneamente, cometendo uma das grandes injustiças que o homem público tem sofrido, e eu sofri esta injustiça, embora o meu nome não tenha sido mencionado, mas injustiça a mim, porque foram mencionados: "Deputados estão indo lá", eu estou indo lá e senti isso como injustiça pelo trabalho que estamos fazendo, para que as reivindicações dos estudantes sejam total ou parcialmente atendidas, porque, Senhor Presidente, não se concebe, e eu me baseio no jornal da Universidade Católica do Paraná, que estejam abertas as matrículas para o 2.º semestre de 84, já nodia 2 de junho, portanto 2.ª feira sem que os estudantes saibam as condições financeiras para o próximo semestre letivo. A situação financeira, por certo, independentemente da decisão do Conselho Federal de Educação já estão tomadas no ano passado, o que levou inclusive a Universidade Católica do Paraná em obediência ao acordo devolver parte dos recursos financeiros pagos pelos estudantes.

Mas Senhor Presidente, a nossa posição diante desse episódio, nossa, minha e do Senador Álvaro Dias e do Secretário de Estado, é inclusive, em atenção a própria posição da Universidade Católica do Paraná, porque conforme lê no próprio jornal da Universidade, em palavras do Professor João Oleiniki, que compareceu à posse do atual Presidente do DCE da Católica, o estudante Francisco dos Santos, e lá, naquela oportunidade afirmou uma coisa que não está ocorrendo naquela Universidade. E eu leio, Senhor Presidente, palavras do Professor Joel: "A Universidade fazem-na escola e aluno, mestre e discípulo, e o segredo do progresso e do aperfeiçoamento será sempre o entendimento esclarecido e a soma dos esforços", e em outra parte, continuo a ler: "Importa não se deixar enfraquecer e perder em facções internas desgastantes, mas, sim, procurar num diálogo franco e aberto, alcançar os verdadeiros interesses de todos, para um melhor enriquecimento recíproco".

É isto que estamos procurando, e é isso que, muitas vezes, não estamos encontrando por parte dos alunos, alunos esses que, por certo, foram os informantes do Deputado, e não estamos encontrando, também, por

parte da parcela dos responsáveis pela administração da Universidade.

O que nós queremos dizer, o que nós queremos fazer, o que nós queremos que lá ocorra é justamente na palavra do Professor João Oleiniki, é o diálogo franco e aberto, é o diálogo e a participação dos estudantes na definição da sua situação como estudante, principalmente no que se refere à situação financeira, porque se a matrícula está aberta, agora, para o dia 2, é evidente que as condições financeiras a que deve submeter o aluno, já foram estabelecidas pela Universidade independente da posição do Conselho Federal de Educação e vão, naturalmente, e está ocorrendo naturalmente, um total desconhecimento dos alunos, dessas condições financeiras, e, por isso eles querem o diálogo, querem participar da tomada de decisões, porque o que nós precisamos enfrentar em todas as unidades, em todas as entidades da sociedade civil é a democracia; e esta impõe a participação do processo decisório, impõe o diálogo franco e aberto, que não está havendo naquela Universidade.

E o nosso papel, e eu tenho consciência disso, e estou confiante de que isso será reconhecido ao final, estou confiante de que será reconhecido ao final, o nosso papel tem sido, inclusive, de algodão entre os cristais, tem sido, inclusive, do encaminhamento de uma solução do impasse, porque esse impasse só vem em prejuízo do alunado, esse impasse só vem em prejuízo da Universidade, esse impasse só vem em prejuízo da coletividade como um todo.

As minhas palavras aqui são de repulsa à injustiça cometida por erro levado pelo Deputado Airton Cordeiro, a quem eu espero, evidentemente, o reconhecimento de seu erro e que, junto conosco encontraremos, com todo o esforço possível a solução do impasse.

Dou aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro - Ao agradecer o aparte de Vossa Excelência, quero ressaltar que a versão que chegou ao conhecimento deste Deputado, foi trazida por um expressivo grupo de alunos da Universidade Católica do Paraná, que, mesmo reconhecendo o alcance do movimento grevista dos universitários, trouxeram a este Deputado a sua estranheza pelo envolvimento político-partidário nas negociações feitas no "campus" da Universidade Católica do Paraná.

Denunciaram mais estes alunos que, a pretexto de participarem desses entendimentos, políticos de outros partidos que não o PDS, estiveram no "campus" com a intenção de se aproveitar, no momento, para promover o Comício "PRO DIRETAS" que se realizou recentemente em Curitiba.

E se fez uma acusação frontal ao Presidente do Diretório Regional do Partido de Vossa Excelência, o Senador Álvaro Dias o que eu considero...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu gostaria que Vossa Excelência, fosse bem rápido no seu aparte, como manda o Regimento, porque eu gostaria de terminar o meu pronunciamento.

O Sr. Airton Cordeiro - ... o que eu considero Deputado Adhail Sprenger, absolutamente descabido para a circunstância, e como nos interessa, a todos nós da sociedade, a todos nós políticos ou não, a solução do impasse para que a Universidade retorne o seu caminho normal, para que os alunos retornem à sala de aula, e para que nós não tenhamos mais uma dificuldade social em

Curitiba com repercussão inclusive nacionais, eu creio que nós devemos fazer todas as gestões possíveis. Apresentamos uma proposta concreta Deputado Adhail à Casa, que foi escolhida, no sentido de que se forme uma comissão de Deputados a fim de que essa comissão da Assembléia Legislativa possa intermediar uma negociação entre os alunos e a Reitoria. Mas não posso deixar de manifestar a Vossa Excelência a minha estranheza da presença do Presidente do PT no "campus" da Universidade, a Universidade tomada pelos alunos para fazer um discurso eminentemente político. Como também me causa estranheza saber que o Governo do Paraná tem uma Secretaria do Estado da Administração e quem aparece como intermediador nas negociações é o Secretário de Estado da Segurança, que, infelizmente não tem cuidado bem da segurança paranaense, e que seguramente não terá condições para cuidar de um setor que não é seu no Governo do Paraná. Quero que Vossa Excelência, entenda que não tenho nenhum interesse de fazer a Vossa Excelência qualquer tipo de justiça, até pelo respeito que tenho a Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Vou responder-lhe antes de retomar o raciocínio do meu discurso que havia interrompido. Vou começar pelo fim. A intermediação do Secretário Mussi foi a pedido dos estudantes e aceito pela Reitoria. A pedido dos estudantes, repito para que Vossa Excelência tome conhecimento.

Quanto à presidência do PT, a presença dele lá, é um direito que assiste a qualquer cidadão, com qualquer desempenho. Lamento que lá não estivesse membros do Partido de Vossa Excelência. Com relação aos demais pontos, grupos de alunos, mas Vossa Excelência se lá estivesse, iria verificar que o número de alunos que estavam lá no "campus" em greve, ou em vigília era muito maior, tenho certeza. E por isso mesmo, eu quero dizer a Vossa Excelência que não houve nenhum, de nossa parte, de parte do Senador Álvaro Dias, nenhum intuito de envolvimento político, partidário. Político sim, porque político não podemos dissociar da nossa participação lá como Deputados, ou como Senadores, ou como Parlamentares. Como homem público, nós temos a obrigação, a responsabilidade de participarmos de todos os eventos que ocorrem no nosso meio social. E nenhum momento nós levantamos lá dentro do "campus" a bandeira do nosso Partido. Nós levantamos sim, as bandeiras políticas em favor da educação. E entre elas, em consequência delas, está, inclusive, o problema das eleições diretas já, porque nós entendemos, e isso estamos convictos cada vez mais, que o problema havido na Universidade Católica do Paraná, tem como base, como origem, como fundamento, a situação que envolve o País como um todo. E essa situação que envolve o País como um todo, só terá o início de um processo de solução se nós começarmos a colocar à frente dos destinos desta Nação um homem comprometido com os altos interesses da população. E este homem só poderá chegar a esta condição se for eleito em eleições diretas e livres, as quais nós estamos preconizando por todo tempo. Consequentemente, ao discutir a necessidade de eleições diretas já, no "campus" da Universidade Católica do Paraná, nós estávamos encaminhando a solução do impasse que desenvolve aquela instituição.

Vossa Excelência não pode ignorar, porque sei que Vossa Excelência não é um ignorante, mas Vossa Excelência não pode ignorar que no exame dos problemas

que afetam a realidade de uma sociedade, eles só podem ser analisados, discutidos e solucionados, como uma visão, a mais ampla possível, porque o problema da Universidade Católica é um problema de consequência dos graves problemas que afetam a realidade brasileira. Por isso não concordo com as opiniões de Vossa Excelência, dizendo que houve envolvimento político partidário, que houve interesse em divulgar as eleições diretas já. Consequentemente eu quero refutar as interpretações de Vossa Excelência. Com aparte, Vossa Excelência Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, o ilustre Deputado se espanta porque teria comparecido à Universidade Católica, o Secretário da Segurança como intermediador. Vale recordar, de que no episódio anterior, na própria Universidade Católica, na outra greve, não foi outro, senão o Secretário da Segurança que realmente encontrou um denominador comum entre as duas partes. Razão porque, agora, ele foi chamado pelas duas partes para ser novamente o intermediador, o que, acredito, é de se louvar, um Secretário de Segurança que é chamado por estudantes e pela própria direção de uma Universidade, porque, quando poderia ter empregado, como comumente se faz, ele procurou o bom senso e o entendimento.

A questão da greve da Católica, está na raiz e na geratriz da mesma greve que aimenta a greve da Universidade Brasileira. A Universidade Federal Brasileira, em todos os Estados, se estende incrivelmente, por mais de 30 dias, sem que as autoridades federais atentem para isso.

Esta Nação, nobre Deputado, está paralisada porque a intelectualidade desta Nação não tem espaço neste País que há mais de 60 dias está paralisado. E o depoimento de próprios Governadores do PDS que têm ido a Brasília. O 2.º escalão e o 1.º escalão não assinam mais nada, porque esta Nação está paralisada, está traumatizada. O que aconteceu hoje de manhã no Congresso Nacional? O Governo Federal retirou a sua Emenda. É o carimbo final de que esta Nação não tem mais controle; de que o governo está acéfalo, não tem comando, não tem proposta, não tem solução.

E se tinha algum respaldo de opinião pública, perdeu hoje ao retirar a sua Emenda do Congresso Nacional, porque caiu a máscara da face. Ela foi enviada na realidade, para esvaziar a Emenda Dante de Oliveira.

Por isso, nobre Deputado, é estranho que se venha questionar, que se venha impedir a Oposição de fazer proselitismo em torno das eleições diretas. A Universidade não é uma ilha. Ela deve estar em contacto permanente e estreito com a sociedade; os muros da Universidade e o "campus" Universitário não podem ficar isolados da comunidade. E se há grande crise que atravessa a Universidade, é porque esse regime tentou isolar a Universidade, com o "slogan" de que estudante é para estudar e não para fazer política.

Por isso, nobre Deputado, eu acredito de que todos aqueles que tentem de uma maneira ou de outra, intervir no processo para encontrar uma solução, estão fazendo nada mais nada menos, do que o seu papel de homem público. E todos aqueles políticos que têm uma proposta, como a temos nós, das eleições diretas, não devem ter barreiras nenhuma para pregar essa proposta, que representa nada mais nada menos, do que devolver ao povo desta Nação, e ao estudante e ao professor em 1.º lugar, o direito de participarem. Por isso não podemos admitir, de que o Senador Álvaro Dias, Presidente do Nosso Partido tenha aproveitado a oportunidade da greve, para ir dentro

da Universidade pregar as nossas idéias, porque temos ido permanentemente, e não é o fato de ter uma greve, ou um movimento universitário, que sejamos oportunistas.

A nossa pregação nos últimos 20 anos tem sido cotidiana e permanente, e ainda mais com a greve, nós temos a obrigação de estarmos lá.

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vem demonstrar que na Secretaria de Segurança está um homem humano, e o que eles querem...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao ilustre orador que o tempo que lhe foi concedido, por vossa liderança, está esgotado. Concedo-lhe um minuto.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu agradeço a Vossa Excelência a concessão do minuto que Vossa Excelência me dá, e concluo o meu pronunciamento, que o que eles querem é o imobilismo. O imobilismo que caracteriza as águas podres, as águas nodorrentas, as águas sujas.

O que nós queremos é a ebulição. A ebulição das águas límpidas, das águas que nós podemos até beber, neste córrego nacional, que devemos construir para felicidade do nosso povo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades na Administração Pública do Estado do Paraná, em sua última reunião ordinária na manhã de hoje, aprovou quatro relatórios, cujos relatores são os Deputados Sérgio Spada, Paulo Furiatti e Orlando Pessuti.

O Deputado Paulo Furiatti apresentou um relatório parcial específico com relação a irregularidades na Secretaria da Agricultura, onde ali se utilizou da máquina administrativa do Estado do Paraná para fazer campanha política do PDS em 1982. Irregularidades:

a) — utilização de veículos, funcionários, serviços e materiais da Secretaria de Agricultura na última campanha eleitoral em Curitiba e também no interior do Estado.

b) — instalação de terminal telefônico da Secretaria de Agricultura em comitê eleitoral de candidatos a Deputado Estadual e Federal na cidade de Paranavaí, cuja conta foi paga pela Secretaria da Agricultura.

Esses fatos foram devidamente averiguados, constatados e comprovados e a conclusão a que o Deputado Paulo Furiatti chegou foi a seguinte:

#### MEDIDAS A SEREM TOMADAS

1) Enviar fotocópia dos Autos à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, para que, frente à caracterização de ilícito penal, tome as medidas judiciais cabíveis;

2) Com relação as irregularidades que envolvem o Deputado Federal Reinhold Stephanes, que usou veículo, servidores e a máquina administrativa, da Secretaria da Agricultura, em seu interesse pessoal, político-eleitoreiro, deve ser remetido cópia dos autos, em cumprimento ao artigo 32, parágrafo 4.º da Constituição Federal, ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República, para que, analisado os fatos, tome providências cabíveis que

o caso requer.

3) Com referência a irregularidade praticada pelo Senhor Elio Ventura, deve ser enviado cópia dos Autos ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura para chamá-lo a pagar as importâncias provenientes do uso indevido do telefone e, caso não satisfeito o pagamento, seja promovida a inscrição em dívida ativa, para futura cobrança judicial.

Ainda, o Deputado Paulo Furiatti, ao apresentar, na manhã de hoje, o relatório específico com relação às denúncias de irregularidades no Provimento de Cargos de Carreira do Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado, depois de longo histórico, e averiguar a documentação que chegou em mãos na CPI, ele concluiu e a CPI aprovou o seguinte:

#### PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

1) — Encaminhamento do presente relatório ao Tribunal de Contas do Estado para que, se administrativamente reconheceu a nulidade das nomeações viciadas, também administrativamente, adote as providências necessárias a que o erário público seja integralmente ressarcido pelas diferenças de vencimentos e vantagens percebidas pelos nomeados, com os acréscimos legais.

2) — Encaminhamento do presente relatório à Procuradoria Geral do Estado para que:

a) diante dos termos da ação popular promovida pelos Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, analise, sob o aspecto da constitucionalidade, os §§ 1º e 2º, do art. 7º, da Lei Estadual nº 7.665, de 28/10/83, no que tange ao processo seletivo interno para o preenchimento de cargos públicos;

b) analise os anteriores concursos internos promovidos pelo Tribunal de Contas do Paraná e adote, se for o caso, pela via administrativa ou judicial, as medidas necessárias à declaração de sua nulidade, bem como ao ressarcimento, pelos responsáveis, das perdas e danos assim causados ao Estado.

Somente assim, com a adoção e cumprimento dessas providências é que a ordem jurídica, ferida pelos atos inquinados de nulidade, tanto os presentes quanto os pretéritos, será verdadeiramente restabelecida, resgatando-se, simultaneamente, a credibilidade do povo nas instituições políticas e administrativas do Estado.

E ainda, o Deputado Orlando Pessuti, ao analisar o relatório específico com relação às denúncias de irregularidades na BANESTADO S/A Reflorestadora, depois de um longo arrazoado, o Deputado chega às seguintes conclusões:

#### PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

a) — Encaminhar cópia dos autos de investigação à Procuradoria Geral da Justiça para que verifique a possibilidade de configuração de crimes nas irregularidades apontadas e tome as medidas judiciais e requisite as policiais que julgar cabíveis.

Tal providência se justifica pelos veementes indícios da caracterização de vários crimes nas irregularidades apontadas, como, por sinal, foi exposto.

b) — Encaminhar cópia do relatório parcial específico ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná para que promova as medidas administrativas que julgar necessárias, com recomendação de ação saneadora imediata, vez que as irregularidades apontadas merecem pronta coibição.

E, também, de ser recomendada à presidência do Banco do Estado do Paraná S/A que não olvide esforços no sentido de solucionar os problemas fundiários

da empresa Banestado S/A — Reflorestadora, promovendo a legalização de suas terras onde é possível e procurando ressarcir os prejuízos de terceiros porventura atingidos pelas ações nefastas praticadas em nome da reflorestadora, conforme descrito.

c) — Encaminhar cópia do presente relatório ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, com recomendação para que não poupe esforços no sentido de encontrar uma solução, que satisfaça os fins sociais, para a regularização das terras referidas, e, principalmente, e reassentamento de pessoas esbulhadas em suas posses.

d) — Encaminhar cópia do relatório à Banestado S/A - Reflorestadora, para que promova o devido saneamento administrativo e tome medidas judiciais cabíveis para o ressarcimento dos danos causados por funcionários e/ou diretores na gerência dos negócios da empresa, assim como por empresas empreiteiras. É recomendável que a reflorestadora alie esforços com o ITC e o Banco do Estado no sentido da regularização das terras e coibimento dos abusos havidos.

e) — Encaminhamento de cópia do relatório, com comunicação de que os autos da investigação estão nos arquivos desta CPI - para qualquer consulta, ou extração de peças, ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública para que determine as medidas policiais cabíveis para a elucidação de delitos caracterizados nas irregularidades apontadas, num trabalho harmônico com a Procuradoria Geral da Justiça.

f) — Encaminhamento de cópia do relatório ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo a determinação de um estudo aprofundado, visando a viabilidade da extinção da empresa reflorestadora e o aproveitamento das terras por ele ocupadas no programa de ressarcimento de lavradores carentes de terra.

Por final, pelo angariado aos autos durante as investigações, conclui-se que muito embora a Banestado S/A - Reflorestadora seja uma empresa viável em termos econômicos, a longo e médio prazo, a sua atuação tem deixado muito a desejar e, vez por outra, a sua atividade colide justamente com um dos ideais maiores do Estado democrático, comprometido com o fim social, que é proteger o homem, mormente o pequeno agricultor, da ação de grupos poderosos.

A atividade da Banestado S/A Reflorestadora é, por sua natureza, faminta de terras, pois é nelas que materializa seus projetos, e, assim, evidentemente, na busca de terras baratas, colide com aqueles e se torna um permanente foco de tensão social. Por tal cremos que o problema fundiário merece ser estudado à vista da conveniência ou não da continuação das atividades da empresa reflorestadora.

É bom lembrar a este Plenário que esta denúncia foi apresentada na CPI pelo Deputado Tércio Albuquerque.

E, finalmente, o Deputado Sérgio Spada, depois de apreciar e investigar os atos com relação a irregularidades na administração dos Portos de Paranaguá, chegou à seguinte conclusão:

#### DAS MEDIDAS A SEREM TOMADAS

1 — Enviar cópia dos autos ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para que determine as medidas necessárias, com a instauração das devidas sindicâncias, visando ao saneamento das irregularidades apontadas no presente Relatório e nos autos e ao estabelecimento de normas rigorosas para cessar a continuidade das mesmas;

II — Enviar cópia do Relatório ao Exmo. Sr.

Secretário de Estado da Administração, a quem está subordinada a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, recomendando providências cabíveis para a retomada imediata da posse do imóvel indevidamente ocupado pelo Sr. José Vicente Elias e para a promoção de ressarcimento do dano causado, representado pelos alugueres não pagos;

III — Enviar cópia do Relatório à Câmara Municipal de Paranaguá, ante as notícias de participação de vereadores em empresas que mantêm contratos de serviços com a APPA, em flagrante ofensa ao disposto no art. 56, inciso V, da Lei Complementar n.º 2, Lei Orgânica dos Municípios; e

IV — Enviar cópia do Relatório ao Excelentíssimo Sr. Procurador Geral do Estado, para que adote as medidas que julgar cabíveis em relação ao item II.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A música do desespero não tem compasso. O Brasil dança a música do desespero pelo descompasso dos banqueiros americanos, cobrando juros escorchantes e proibitivos. E nós, muito embora, talvez não seja pertinente a um Deputado Estadual fazer uma análise, nós, como todo o brasileiro estamos profundamente preocupados com o que se passa na economia do nosso País, que está sendo a cada dia espoliando pelos juros dos banqueiros internacionais.

A elevação do "prime rate" em meio por cento é um rude golpe na nossa economia. Essa elevação, ao sabor das conveniências dos banqueiros, representa uma sangria de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares na economia brasileira.

Não podemos nos calar diante de tal fato. Mas também não podemos tratar o assunto com leviandade e irresponsabilidade. A dívida externa é brasileira, e o Paraná contribui para ela, e tem reflexos muito sérios na nossa população.

Não podemos ficar inertes e passivos diante de fato de tal gravidade. O que é preciso é uma renegociação da dívida diretamente de governo para governo e não com agiotas.

E, é oportuno enfatizar que diante do quadro internacional nefasto para a Nação brasileira, o Governo do Paraná precisa rever a sua política de empréstimos externos.

O Paraná, só nesta administração, mais precisamente em 1983, na administração direta, emprestou cerca de 40 milhões de dólares de bancos privados. E, o Governo já foi autorizado por esta Casa a contrair novos empréstimos em moeda estrangeira, sem se contar as negociações que estão sendo feitas pela Secretaria dos Transportes.

É preciso um comedimento nos empréstimos. Recordo que durante a campanha eleitoral ouvia, com simpatia, apesar de pertencer a outro partido, a pregação do então candidato José Richa em defesa da economia de capital nacional em todos os níveis. Esperava que a Bancada peemedebista, e também o Governo passassem a tomar ações concretas para viabilizar as propostas e assim servir de exemplo para o País.

A situação é gravíssima e não podemos aceitar propostas demagógicas como o calote ou a moratória, pois isto, além de macular uma tradição histórica brasileira, na prática é até impossível num país que depende

da importação de energéticos como o petróleo para a manutenção de sua economia em movimento.

O calote inevitavelmente vai apresentar uma solução de continuísmo, de continuidade no fornecimento de petróleo. Precisamos lembrar que temos uma economia, também, voltada para a exportação que por um lado depende da importação de insumos básicos e, por outro lado, de mercados abertos e interessados em conosco intercambiar, comprando nossos produtos. Com o calote, teremos dificuldades tanto de importação como de exportação, demandando uma radical reciclagem do aparelho produtivo. Poderá ainda, causar a perda de nossos clientes externos; o fechamento de mercados; maior desemprego e recessão mais acelerada.

É preciso refletir sobre a proposta do Chanceler Saraiva Guerreiro que, ao analisar as questões de endividamento coloca dois aspectos distintos: um do custo do dinheiro, que são os juros; e o outro tão ou mais importante para o momento brasileiro, que são os prazos, aí considerados de amortização e principalmente de carência.

Portanto, um dos caminhos a ser seguido urgentemente, deverá ser o da renegociação de nossa dívida externa de Governo para Governo para ampliar a carência, os prazos de "graça", para essa dívida, no sentido de dar oportunidade para que a nossa economia possa se realimentar.

Não podemos diante de tal fato, de tal quadro, assistir como espectadores ao assalto que está sendo perpetrado contra o Brasil.

E como podemos constatar, o problema não é apenas nacional mas atinge seriamente o Paraná. E se a nossa voz não tem eco na esfera federal, pelo menos, dentro da nossa área de decisão, temos que pensar seriamente no futuro do nosso Estado.

A respeito desse pronunciamento que ora fizemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de fazer um rápido comentário sobre o que está contido na "Gazeta do Povo" de hoje, na coluna de Joelmir Betting, esse grande economista. Eu vou ler apenas alguns trechos. O título do artigo é "O Mar está calmo": "de meio em meio por cento, a nova escalada dos juros internacionais fortalece, entre os devedores sem alternativa, a proposta da renegociação muscular da dívida externa: a do muro na mesa".

Joelmir Betting, com palavras mais violentas que a que vemos no nosso discurso, prega, até de certa forma, o calote, não do Brasil, mas de todas as nações que estão penduradas nos banqueiros internacionais, notadamente os americanos.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência? (Assentimento).

Eu cumprimento Vossa Excelência pela oportunidade, nas observações que faz, e quero lembrar para acrescentar ao pronunciamento de Vossa Excelência o seguinte: que o calote que Vossa Excelência se refere e condena e recrimina foi invocado aqui, no plenário desta Casa, num recente depoimento do ex-Secretário de Estado das Finanças, Senhor Erasmo Garanhão, do Governo José Richa, que disse, para justificar inclusive os empréstimos internacionais que geraram o escândalo que o Paraná inteiro conhece, que ele tinha a esperança, em outras palavras, de que o Paraná não precisasse também pagar o dinheiro tomado no Exterior, pregando o calote, aqui dentro deste Estado que sempre honrou com toda a dignidade e lisura os seus compromissos internos e externos. Muito obrigado e parabéns.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Ailton Cordeiro,

o seu aparte substancia o nosso pronunciamento, fortalece inclusive porque achamos que foi uma levandade.

Mas Joelmir Betting, eu estou lendo um trecho do artigo publicado na “Gazeta do Povo” que diariamente temos oportunidade de assistir e, por sinal, eu respeito a competência com que ele tem se revelado ser um grande economista, mas ele prega o calote a nível internacional e diz mais: “A alta da “prime”, segunda-feira, no primeiro expediente bancário depois da “Carta de Cartagena”, no entender de certas chancelarias latino-americanas. A falta de sensibilidade dos bancos é deplorada pela própria imprensa norte-americana.

A América Latina perdeu a viagem até Cartagena ao contentar-se com um comunicado bem comportado sobre a insanidade declarada dos credores.

Os países endividados estão sendo literalmente saqueados por uma autêntica pilhagem financeira. Por muito menos os Estados Unidos invadiram Granada. Por bem menos a Argentina invadiu Malvinas, o Peru brigou com a Bolívia e o Brasil decretou as 200 milhas.

Na alta dos juros sobre a dívida, desde janeiro, o Brasil empobrecido de um bilhão e novecentos milhões de dólares, exatamente o valor das exportações das indústrias automobilísticas de janeiro a dezembro. Numa simples penada sem negociação nem aviso, os bancos acabam de nos assaltar em 200 mil carros novos.

O Terceiro Mundo, que não ousa articular o cartel dos devedores e muito menos o clube do calote, está sendo depenado em cinco bilhões e oitocentos milhões de dólares.

O artigo é mais extenso, não leio por falta de oportunidade, mas quero dizer, neste momento de incerteza e pânico que o mercado financeiro nacional está observando e enfrentando. Cabe-nos uma parcela de responsabilidade, a nós brasileiros, a nós Deputados Estaduais, a fim de que a Nação brasileira encontre uma solução. Tem que agir com energia, tem que agir com determinação, com objetividade. Não podemos ficar alheios a esta alta indiscriminada de juros dos banqueiros americanos; temos que demonstrar nossa revolta, nossa indignidade porque não é só o Brasil, muitas nações deste hemisfério estão enfrentando dificuldades como nós enfrentamos, sem condições de sobrevivermos.

Portanto, este “murro na mesa” de Joelmir Betting o Brasil tem que dar também; encontramos uma solução honrosa, mas digna, porém viável para o nosso País, para a nossa economia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Continua com a palavra a Liderança do Partido Democrático Social.

Com a palavra, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Estamos diante de uma nova realidade no Paraná:

a introdução do Novilíngua. E isso por iniciativa de Secretários de Estado do Governo José Calil Richa — o regime do PMDB.

Saudemos esse acontecimento por ser uma das primeiras demonstrações de que os auxiliares de Sua Excelência o Governador, em alguns momentos, despertam do sono profundo a que se entregaram e no qual permanecem desde que assumiram o poder. Até parece que esses assessores do regime Richa têm algumas preocupações diante do povo deste nosso querido Paraná, visto que, até agora, o que os Secretários de Estado haviam demonstrado era a sua inaptidão para os cargos que ocupam e incapacidade para empreender a grande tarefa de impulsionar o progresso da nossa terra e realizar o bem-estar da sua população.

Porém, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o entusiasmo pelas alvissaras logo desaparece, porque, como tudo que emana do regime peemedebista, vamos constatar que a nova linguagem dos Secretários de Richa é mais uma cortina de fumaça para esconder as mazelas que estão pululando em praticamente todos os setores da máquina estadual. Vamos constatar uma nova truta dos Srs. Secretários.

Fracasso administrativo, por inoperância e incapacidade, o regime Richa, que já vinha decepcionando o eleitorado estadual, está se transformando, agora, num grande pesadelo para o povo paranaense, que vê aumentar a sua intranquilidade diante dos rumos tortuosos seguidos pelos gestores pepê-peemedebistas dos negócios estaduais, e cuja atuação está sendo assinalada por práticas que caracterizam a transigência entre a moralidade nos serviços públicos e a corrupção.

São tantos os registros de casos de corrupção no Governo Richa, que os seus partidários passaram a recorrer ao eufemismo de “inadequação administrativa” para mascarar os atos daqueles que estão atuando em detrimento do erário público e em prejuízo da administração pública paranaense, com gravíssimos reflexos junto ao povo deste Estado e ao do País.

É longa, Sr. Presidente, a lista que começa com a corrupção em dólares, que acabou causando um prejuízo aos cofres do povo paranaense no valor de 4 bilhões de cruzeiros, com as negociatas do astuto Garanhão e seus cúmplices, acobertados pela omissão de Richa que apenas se limitou a afastar Garanhão, em meio ao sobressalto da opinião pública, da guarda do Tesouro do Estado. Mas, para proteger este contra o verdadeiro assalto que sofreu com o pagamento de comissões nas operações de empréstimos em dólares, Richa não adotou nenhuma providência. Ficou omissos, como permanece omissos em tudo que se refere à defesa dos bens paranaenses.

Mas tenha a certeza, Sua Excelência, que os Deputados da Oposição nesta Assembléia não serão coniventes com essa omissão. Não serão aliados da

representação governista nesta Casa, que apóia a impunidade que Richa está assegurando aos responsáveis pelos prejuízos de 4 bilhões de cruzeiros ao Tesouro do Paraná. Iremos, nós os representantes da Oposição, aos tribunais para que se faça justiça contra os prevaricadores e corruptos. Iremos aos tribunais para que o Tesouro seja ressarcido de dois bilhões e 644 mil dólares que a liberalidade do Governo Richa, liberalidade do regime do PMDB do Estado, foi recheiar as contas dos "picaretas" e estelionatários que Garanhão beneficiou com o pagamento das polpudas comissões de corretagens ilegais.

Do escândalo dos dólares, da corrupção no âmbito da Secretaria das Finanças à corrupção na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, é longa a lista dos órgãos envolvidos na corrupção da administração José Calil Richa. Basta enumerar a FUNDEPAR, a COPEL, EMOPAR, BANESTADO, BANESTADO Reflorestadora, BANESTADO Corretora, PARANATUR, IPE, DETRAN, SANEPAR, COHAPAR, além do nebuloso Programa de Microdestilarias, envolvendo recursos de quase 10 bilhões de cruzeiros e que a Secretaria da Indústria e do Comércio, transformada em balcão de negócios pelo ex-sócio de Richa, Sr. Francisco Simeão, nega-se a esclarecer informações solicitadas por esta Casa e por Deputados da Oposição.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, o Regimento da Casa é claro, quem detém a palavra, concede o aparte se lhe aprouver. Desta forma, peço a Vossa Excelência que coíba a insistência na solicitação do aparte, até porque o orador que se encontra na tribuna já afirmou que na sequência concederá o aparte solicitado.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Manfrinato, e continua com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito que Vossa Excelência desconte o tempo.

O SR. PRESIDENTE — Será descontado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Como se não

bastassem os prejuízos desta ação danosa dos agentes do PMDB no Governo, há outros prejuízos causados pela sua, esta sim, inadequação administrativa, como a morosidade na implementação do Programa de Eletrificação Rural pela COPEL, que está ocasionando prejuízos no valor de mais de 600 milhões de cruzeiros, a preços de hoje, que a COPEL está pagando como "taxa de estacionamento" por não utilizar recursos externos em compatibilidade entre cronograma financeiro e cronograma físico na eletrificação rural.

Enquanto isso, a COPEL pulveriza milhões e milhões de cruzeiros, retirados dos seus usuários na cobrança das tarifas de seus serviços, numa descessária e custosa propaganda de clic urbano e clic rural.

Aí está um triste retrado do que está sendo para o Paraná a péssima administração pepê-peemedebista.

Enquanto se mostra incapaz de dinamizar o tão necessário programa de eletrificação rural, a diretoria da COPEL se lança a mais uma obra de geração de energia com a Usina Hidrelétrica de Segredo, num momento em que há sobras de energia elétrica por todos os lados do Paraná. A COPEL vai endividar o povo paranaense em mais de um milhão de dólares com essa obra faraônica do regime Richa.

Mas o Governo da megalomania deixa transparecer a sua completa falta de austeridade quando decide comprar um avião, para vôos de Richa, no valor de sete bilhões de cruzeiros.

Que austeridade é essa? Não! É Richa, tal qual um poderoso marajá ou um xei que milionário, realizando o seu sonho de mil e uma noites, não num tapete persa, mas num palácio voador. Richa e seus acólitos num palácio voador de sete bilhões de cruzeiros! É essa a austeridade do regime do PMDB. É a sua austeridade transparente. Istos sim é inadequação administrativa!

A imprensa paranaense já registrou que a corrupção e a falta de austeridade são a marca do Governo Richa. E para mascarar essa realidade que se constata, os áulicos peemedebista e os assessores diretos de Richa recorreram à nova terminologia de transformar "corrupção" em "inadequação" administrativa". É preciso denunciar ao povo paranaense essa nova artimanha do secretariado de Richa. O que os Secretários de Estado do PMDB querem é o "controle da realidade" ou, em Novilíngua, "duplipensar", de que nos fala George Orwell, nesse grande "best-seller" que é o seu livro, 1984.

"Duplipensar". Mergulhar no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas; defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditar em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade. Crer na impossibilidade da democracia e que o Partido será o guardião da democracia. Esquecer tudo quanto for necessário esquecer. E daí a mentira selecionada passar aos anais permanentes, tornando-se verdade".

À semelhança do que escreveu Orwell nessa sua excelente obra, o trabalho dos homens da "inadequação administrativa" é dar à língua a sua forma final. O seu trabalho consiste principalmente em inventar novos significados. O objetivo é estreitar a gama do pensamento. Todo o mecanismo do pensamento será diferente. O propósito disso tudo é destruir o poder de raciocínio e argumentação porque eles estão a viver onde tudo o que cheira a corrupção os enche sempre de ardentes esperanças.

E para concluir, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, a Novilíngua deveria dizer aos "inadequados administrativos" que o Governo José Calil Richa, o regime do PMDB no Paraná, já tem a sua marca: a marca da corrupção!

Lamento, Senhor Presidente e meus caros companheiros Deputados, encerrar este primeiro semestre deste ano com esta análise de um Governo fracassado, que não merece o nosso tempo, mas é que devemos ser presentes que "o conflito de idéias é sempre desgastante, mas é inerente ao processo democrático".

Com esta análise de um regime fracassado que não merece tomar o nosso tempo, mas é preciso que tenhamos presente que o conflito da idéias é preciso ser posto neste Parlamento, no presente, para que possamos salvar o futuro.

Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Eu agradeço a Vossa Excelência e não gostaria de tomar o seu tempo, mas nós assistimos quando foi à tribuna o nobre Deputado Rubens Bueno, e como se tivesse descoberto a "moto contínua" ele fez a leitura de Relatórios, dessa Comissão espúria, instalada nesse Poder . . .

O Sr. Rubens Bueno - O Deputado Fuad Nacli não disse nada disso . . .

O Sr. Erondy Silvério - . . . e que em . . .

O Sr. Rubens Bueno - O Deputado Tércio Albuquerque também não disse isso . . .

OSR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A palavra está com o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Erondy Silvério - A palavra está com o aparteante. Espúria, Senhor Deputado Luiz Alberto, porque depois que eu vi o Relatório, assinado pelo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, que ainda tinha o timbre da Procuradoria Geral do Estado, e que dizia lá, conforme consta as folhas . . .

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - O seu tempo está esgotado, portanto esta Presidência concedo-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Erondy Silvério - Quando eu vi isso eu vi que essa Comissão era espúria, que essa Comissão não tinha nada a apurar, que era uma Comissão inquisitória, que era uma Comissão de vindita, e veja os casos que trouxe hoje ao Plenário como se tivessem sido grandes casos de corrupção, a utilização de telefones em campanha eleitoral e veículos em campanha eleitoral, mas esquecidos de que agora, nos dois comícios da "pró-diretas" "Diretas já" feitos aqui, sob a égide do PMDB, utilizaram e à larga os recursos do Estado, para levar o povo às ruas, isso também é corrupção . . .

O que é que ele disse? Mentira?

Eu não sou irmão desse cidadão, eu não sou irmão dele e nunca tivemos nenhuma convivência. Ele pode ser mentiroso, eu não. Estou aqui relatando isto que todo o Paraná assistiu.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa lamenta mas informa a Vossa Excelência que o seu tempo está encerrado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) - Na condição de Líder da Bancada do PMDB, Senhor Presidente, queria lamentar a falta de oportunidade que o Líder do PDS deu aos Deputado que solicitaram apartes. Deputados do PMDB. É bem verdade que o regimento Interno diz que a concessão de aparte é determinada pelo orador que está na tribuna. Mas, a educação democrática induz a que cada um que seja verdadeiramente democrático, conceda aparte a quem o pede.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) - Apenas para registrar que não foram os Deputados do PMDB, simplesmente, que deixaram de ser atendidos, ao solicitar seus apartes. Deputados de nossa Bancada também o fizeram, mas o tempo tolheu o orador de conceder outros apartes, além daquele que foi oferecido ao-

Deputado Erondy Silvério. Portanto, não há nada, absolutamente de descortez ou de anti-democrático. Apenas a exiguidade do tempo impediu o orador de permitir esses apartes.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Interpartidária, para acompanhar durante o recesso as reivindicações da classe dos professores da Universidade Federal do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar nº 216/83, que dá nova Redação ao Inciso III e ao parágrafo 3º, do Artigo 140, da Lei nº 6.174 de 16/11/70, conforme especifica. (APOSENTADORIA FUNCIONÁRIOS QUE TENHAM EXERCIDO CARGO DE DIRETORIA EM ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO). Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 46/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU - ADEFI", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 48/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA AUTÓDROMO", com sede nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 50/84, que declara de utilidade pública o "MOVIMENTO BRASILEIRO DE EVANGELIZAÇÃO", com sede e foro nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 56/84, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro no Município de Santa Izabel do Ivaí. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 83/84, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, situado no município que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 86/84, (Mensagem nº 89/84), que objetiva criar no Departamento de Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em Comissão, Símbolo 9-C, de Assistente de Segurança Pública. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 88/84, que

assegura tratamento hospitalar gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado, em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme específica e dá outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 141/84, (Mensagem n.º 123/84), que objetiva majorar em 70% (setenta por cento), os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, a partir de 1.º de julho de 1984. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 12/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que dá nova Redação ao Anexo 1, do Artigo 16, da Lei n.º 1.784, de 14/12/83, conforme específica. (OCUPANTE CARGO TAQUIÓGRAFO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 42/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de utilidade pública o "CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO" com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 49/84, que objetiva alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que específica e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o Projeto e as Emendas.

Em votação a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

Em votação a Emenda de Plenário de n.º 1. **Aprovado.**

Em votação a Emenda de Plenário de n.º 2. **Aprovado.**

Em votação a Emenda de Plenário de n.º 3. **Aprovado.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 57/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "CONSELHO COMUNITÁRIO DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL - COMSABES", com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 94/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO - DEPAS", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 35/84, (Mensagem n.º 21/84 - ex-Proposição n.º 24/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 28/11/83, a Convênios celebrados entre o

Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 36/84, (Mensagem n.º 23/84 - ex-Proposição n.º 26/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 37/84, (Mensagem n.º 22/84 - ex-Proposição n.º 25/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28/11/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para controle da erosão urbana, nos referidos municípios. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 38/84, (Mensagem n.º 25/84 - ex-Proposição n.º 28/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 10/08/83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o PRODOPAR. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 39/84, (Mensagem n.º 27/84 - ex-Proposição n.º 30/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova por Termos de Cooperação Técnica e Financeira, firmados em 09/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica visando execução de obras recuperação de estradas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 40/84, (Mensagem n.º 28/84 - ex-Proposição n.º 31/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25/04/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando adoação de ação conjunta com vistas a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 41/84, (Mensagem n.º 30/84 - ex-Proposição n.º 33/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação e Compromisso n.º 30/83, celebrado em 08/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando ampliação das obras do Terminal Rodoviário de Passageiros. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 42/84, (Mensagem n.º 35/84 - ex-Proposição n.º 38/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 09/12/83,

entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Annibelli.

A Mesa não acata a questão de ordem por não estar amparada no Regimento Interno da Casa.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 113/84, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA E OUTROS que fixa remuneração do Deputado Estadual, os subsídios, e a verba de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 1.º de julho de 1984. Com SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Está em votação o Substitutivo. Geral. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Anderson Carlos Rapeti, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Natal Ércoli, ocorrido no dia 27 de junho do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30.º aniversário de fundação do "Jornal da Manhã", do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 10.º aniversário de fundação do Jornal "O Diário do Norte do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 42/84, e aos Projetos de Resolução de n.ºs 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42/84, constantes da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 150/84, que concede título de Cidadão Honorário "post mortem", ao Senhor Renato Festugato. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de apoio aos Servidores do SIMPAS (INAMPS, INPS e IAPAS), que se encontram em greve. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constantes do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa da Nota Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, protestando contra a indicação de pessoa sem

formação profissional, e estranha à categoria daqueles profissionais, para cupar a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo sejam apuradas denúncias, além da adoção de medidas que se fizerem necessárias quanto a possível existência de pessoas que atualmente estariam oferecendo ensino pago a nível de 2.º grau sem reconhecimento oficial, no Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 60.º aniversário da Rádio Clube Paranaense - PRB-2. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo estudos com o fito de rever os cálculos das novas taxas, recentemente fixadas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo sejam concluídas as obras do Colégio Estadual Santa Bárbara, bem como, sejam realizadas as manutenções necessárias do referido estabelecimento de ensino, no Município de Bituruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a liberação de mais máquinas para executarem serviços de curvas de nível no Distrito de Silvianópolis, no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente do Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a realização de reforma geral nas instalações onde funciona a Delegacia de Polícia do Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho Nacional de Seguros Privados, no Rio de Janeiro, encarecendo seja estendido ao Estado do Paraná, os efeitos da Resolução CNSP n.º 5, que estabelece as Normas Tarifárias e Condições do Seguro Rural. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Conselho Regional de Assistentes Sociais - 11.ª Região, pela eleição e posse de sua Diretoria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Fundação Aristides de Athayde, pela realização do I Congresso da Fundação Aristides de Athayde e do I Seminário Paranaense sobre Deficiência Visual, realizados nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria da SORCEP - Sociedade Rural do Centro do Paraná, pelo sucesso alcançado na realização da II Fevale - Feira de Animais do Vale do Ivaí, no Município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, sugerindo a adoção do título "José Messias", para nomeação do logradouro público daquele Município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma agência daquele Instituto no Município de Cambira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma agência daquele Instituto no Município de Marumbi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo a implantação do Programa "Themis" no Município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma agência daquele Instituto no Município de São João do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República consubstanciado em moção de repúdio pela retirada da Emenda Figueiredo, em tramitação no Congresso Nacional. Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à "Gazeta do Automóvel", suplemento do Jornal Gazeta do Povo, pela passagem do 14.º aniversário de sua fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga o

Município de Araruna à localidade de São Geraldo, e posteriormente ao Distrito de São Vicente, cruzando a estrada da Boiadeira, BR - 487. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no Colégio Paulino Messias, no Município de Mamborê. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações quanto às remunerações e vantagens que recebem os Diretores-Presidentes, Superintendentes e/ou Presidentes dos órgãos vinculados à essa Secretaria de Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da FAMEPAR, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo informações, se existe alguma empresa de assessoria e/ou outros órgãos da Administração Estadual, direta e/ou indiretamente, em nome (ou contratada) por Prefeituras Municipais. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Srs. Deputados Orlando Pessuti e Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma agência daquele Instituto no Município de Borrazópolis. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse do novo Diretor-Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária de Educação, encarecendo a construção de seis salas de aula para os alunos remanescentes das Escolas Reunidas São José, recursos para a construção de duas salas de aula na Escola Gabriel de Lara, na sede do Município, criação e implantação de cursos a nível de 2.º grau nos Distritos de Anahy e Iguatu, bem como agilização das medidas visando a aquisição e doação de livros e material didático para a formação de uma Biblioteca Ambulante, no Município de Corbélia. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à SANEPAR, a incorporação do sistema de rede de água municipal no Distrito de Anahy e construção do Sistema de Abastecimento de Água Potável no Distrito de Penha, bem como à TELEPAR, a implantação do sistema de abastecimento de telefonia urbana e rural no Distrito de Ouro Verde do Piquiri, no Município de Corbélia. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a criação de uma Unidade Veterinária de Defesa Sanitária Animal, para atendimento aos

Municípios de Corbélia, Braganey e Cafelândia, bem como a designação de um Técnico Agrícola para assessorar o trabalho de Manejo Integrado do Solo, e designação de uma Técnica Social para o escritório local da EMATER/ACARPA. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo cooperação financeira para aquisição de equipamento odontológico de baixo custo, a ser instalado em uma unidade móvel, para atendimento aos bairros da sede urbana e dos quatro Distritos do Município de Corbélia. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CELEPAR, encarecendo cópia do contrato celebrado entre aquela empresa e o Departamento de Trânsito do Paraná. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando sejam convidados os jornalistas Walmor Macarini e Walter Macarini, para falarem nesta Casa sobre a campanha de iniciativa da "Folha de Londrina", que tem por objetivo a revitalização do Plantio do Café do Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo sejam elevados os valores das importâncias pagas pelo IPE no auxílio funeral e seguro de vida, por ocasião de falecimento do servidor público. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Srs. Deputados que não traíram nem se acovardaram no último dia 25 de abril. — Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 29, às 10:00 (dez) horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 108/84, 113/84 ;  
e dos Projetos de Lei n.ºs 12/84, 42/84, 49/84, 57/84, 94/84;

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 110/84, 111/84, 112/84, 113/84, 118/84,  
Levanta-se a Sessão.

TRANSCRIÇÃO CUJA MATÉRIA NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 1984.

#### NOTA OFICIAL

##### INFORMAÇÃO: ATIVIDADE SUBALTERNA?

A categoria dos jornalistas não pretende tutelar o governo do Sr. José Richa. Nomear auxiliares é atribuição e direito do Governador. Estranha e se sente agredida, entretanto, quando a folha do nome para ocupar o recém-criado cargo de Secretário Extraordinário de Comunicação Social recai sobre pessoa completamente alheia à classe estranha ao meio, como se no Paraná inteiro não existissem profissionais jornalistas capacitados e preparados para assumir o gerenciamento de importante função pública.

O Sr. Governador desprestigiou mais uma vez a Categoria. Prometeu publicamente organizar o quadro celetista dos jornalistas que prestam assessoria de imprensa aos órgãos da administração direta e indireta e pagar-lhes justa remuneração. Através de sua Procuradoria, deu pareceres contrários à sua própria promessa. Agora, novamente desatendendo aos pedidos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, e da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, nomeia para a Secretaria recém-criada alguém que, no muito, procurará valorizar sobre comunicação, mas está despido de conhecimentos e relacionamento extra-político com a área.

Trazemos a público esse protesto, já levado ao Sr. Governador, de viva voz, na tarde de segunda-feira, depois de frustradas tentativas no sentido de evitar o fato consumado. Esse protesto representa o pensamento e a posição clara da grande maioria dos jornalistas do Paraná. No momento em que a sociedade paranaense é convocada a participar na solução dos problemas — e os existentes na área são muitos e graves — o mesmo governo que faz o chamamento desconsidera a opinião dos profissionais do setor.

Não consideram os jornalistas apenas os aspectos legais, existentes em sua regulamentação profissional e na Lei estadual número 7557/81, que tornaram privativas do jornalistas as funções inerentes à sua atividade. O uso e o costume, o exemplo da maioria dos governos de outros Estados, a posição da Categoria a nível nacional e a justa reivindicação foram também desprezados. Atenderam os jornalistas suas atribuições enquanto na posição de sub-chefia. No momento de ampliação dessa estrutura já muito pretendida, continuam na forçada posição de subalternos, representando isso também a submissão com que são coagidos a desenvolver sua profissão de informar.

Curitiba, 12 de junho de 1984.

A DIRETORIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ.